

JF

Jornal da FENPROF | Director: Mário Nogueira
Mensal | nº 278 | Junho 2015 | 0,50 Euros



INEQUÍVOCO

**52.561 (97,84%) disseram
NÃO à municipalização!**

NÃO DESISTIMOS!



sumário



sobe

Professores contra a municipalização

A participação dos docentes na consulta realizada sobre a municipalização da Educação foi muito elevada, tendo entrado quase 54 000 votos nas 2 147 mesas constituídas. A posição dos professores foi claríssima: 98.7% votaram "Não!", o que reflete uma firme oposição ao que governo e alguns municípios pretendem fazer, assinando contratos para 4 anos, apesar de estarmos a menos de 4 meses do final da Legislatura. Com esta posição, os docentes não se pronunciaram contra a descentralização do sistema educativo, nem tão pouco contra a autonomia das escolas. Pelo contrário, o que pretenderam afirmar foi a sua rejeição a um caminho que, pela sua natureza e características, contraria aqueles dois objetivos. Deverão os governantes e autarcas envolvidos ter em conta esta posição dos docentes, ponderar e decidir pela suspensão de um processo que está condenado ao fracasso. É que, se a municipalização avança, quando se confirmar o fracasso teremos consequências que não poderão ser remediadas, razão por que é preferível, desde já, prevenir. ●



desce

Privatização da educação

De forma mais ou menos dissimulada, o atual governo tem vindo a avançar com medidas que se orientam para a privatização da educação. Muitas, pela contestação que gerariam, têm vindo a ser adiadas (anunciadas agora para a próxima Legislatura, como o cheque-ensino ou as escolas independentes), mas outras, porque a clientela exige e o governo quer satisfazê-la, avançam agora de forma apressada para aproveitar a distração dos portugueses com o já instalado clima pré-eleitoral ou com o merecido descanso cujo direito adquiriram, após um ano de trabalho. É neste quadro que, depois da municipalização, surge agora a privatização pura e dura, tendo o governo decidido que, no próximo ano, serão atribuídos 140 milhões de euros aos colégios, de um bolo de 540 milhões até 2020, para que eles assumam 1 740 turmas. A maioria destas teria lugar em escolas públicas que têm os recursos necessários as receber. É claro que o governo não pensa manter esses recursos nas escolas públicas, e, no que aos professores diz respeito, a sua intenção é conhecida: continuar o despedimento de contratados e a "requalificação" dos que se encontram nos quadros. É o contributo de Crato para os 173 milhões de euros exigidos pelo FMI em poupança de funcionários públicos. ●



04. EM FOCO

Manifestação em Lisboa

05. EM FOCO

Mário Nogueira
"É por mudança que os professores reclamam"

07. EM FOCO

7 reivindicações fundamentais

08. EM FOCO

Moção aprovada
Por políticas que defendam a escola pública e estimem os seus profissionais

09. MUNICIPALIZAÇÃO

Municipalizar é porta aberta para a privatização de funções sociais do estado

DULCE PINHEIRO

10. MUNICIPALIZAÇÃO

Consulta aos professores
Municipalização da Educação? NÃO!

13. APOSENTADOS

Aposentação aos 36 anos de serviço:
Uma reivindicação sensata e mobilizadora
ANTÓNIO AVELÁS

14. PRIVATIZAÇÃO

Governo prepara o desvio de milhares de alunos para o ensino privado

16. PRIVATIZAÇÃO

Governo destila veneno sobre a escola pública procurando aniquilá-la

21. DESTAQUE

FENPROF avança 10 medidas
É urgente melhorar a organização pedagógica e o funcionamento das escolas

22. CONFERÊNCIAS

CICLO DE CONFERÊNCIAS FENPROF 2015
Funchal; Faro; Ponta Delgada

28. NACIONAL

Descapitalização
Financiamento da CGA: as "aldrabices" do Governo...
EUGÉNIO ROSA

30. ESPECIAL

Um modelo para a Inclusão
Ou a continuação do modelo de segregação das Escolas de Ensino Especial?



FICHA TÉCNICA: Jornal da FENPROF | Propriedade, Redação e Administração: Federação Nacional dos Professores | Rua Fialho de Almeida, 3 | 1070-128 LISBOA | Tels.: 213819190 - Fax: 213819198 E-mail: fenprof@fenprof.pt | www.fenprof.pt | Diretor: Mário Nogueira | Chefe de Redação: Luís Lobo | luis.lobo@sprc.pt | Conselho de Redação: Rogério Ribeiro (SPN), Fernando Vicente (SPRA), Luís Lobo (SPRC), António Avelãs (SPGL), Manuel Nobre (SPZS), Sofia Canha (SPM) | Coordenação técnica e apoio à Redação: José Paulo Oliveira (jornalista) | jpgo@sapo.pt | Paginação e Grafismo: Tiago Madeira | Revisão: Inês Carvalho | Fotos: Jorge Caria e Arquivo FENPROF | Impressão: MULTIPONTO, S.A. | Tiragem média: 52.500 ex. | Depósito Legal: 3062/88 | ICS 109940 | NIPC: 501646060 | O "JF" está aberto à colaboração dos professores, mesmo quando não solicitada. A Redação reserva-se, todavia, o direito de sintetizar ou não publicar quaisquer artigos, em função do espaço disponível. Os artigos assinados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.



editorial

MÁRIO NOGUEIRA (Secretário-Geral da FENPROF)

Gregos e Troicanos

Se a Homero fosse dada a possibilidade de escrever sobre a relação entre gregos e troicanos poderia inspirar-se na *Iliada* e adaptá-la aos tempos atuais. Dessa história devemos esperar que, como então, os gregos saiam vencedores, sabendo-se que, para derrotar o inimigo que hoje enfrentam, será necessário um pelotão de cavalos.

Longe vão os tempos em que o romance animava as disputas, pelo que, desta vez, o doce perseguido não será a bela Helena, mas toda a riqueza que possa ser sugada à Grécia, pois é isso que anima estes violadores do século XXI, DC. Ocupam-se com a apropriação de bens alheios, quer para seu gáudio, quer para aumentar a dimensão do seu império, subjulgando os povos que pretendem transformar em escravos destes tempos. Escravos que só não serão alimentados nas caves escuras das casas senhoriais, com os restos da comida não tragável, porque é muito mais simples empurrá-los para os andares superiores das grutas que Saramago descreveu.

De acordo com Homero, aos gregos impôs-se capacidade de organização e uma dose elevada de criatividade para recuperarem a mulher roubada a Menelau. O cavalo enganou os troianos e os navios transportaram os que ajustaram contas com os κλέφτες.

Porém, os tempos são outros, os troicanos não dormem em serviço, nem tão pouco arriscam por dá cá aquela paixão e, até relativamente à satisfação desse tipo de “sentimento”, como se pôde confirmar por exemplo passado de diretor-geral do FMI, recorrem à contratualização de serviços externos.

Pela comunicação nacional, propriedade dos troicanos e seus simpatizantes, temos sido informados que os gregos, se não pagarem o que devem aos senhores, serão severamente castigados com medidas que não irão esquecer. Ainda não se disse que acabarão a comer pedras da rua, mas já se ameaçou com a falta de liquidez para pagar salários e pensões, como também para manter serviços públicos que lhes são essenciais. Para manter essa liquidez, avisam os troicanos, é necessário cortar salários e pensões, como também destruir serviços públicos que são essenciais aos gregos.

Curiosa, mas não estranhamente, o BCE deu há dias luz verde para transferir mais 60 mil milhões de euros para os bancos gregos, valor que daria para pagar quase 40 tranches iguais às que se exige que, com o dinheiro roubado a trabalhadores, reformados e utentes dos serviços públicos, os gregos paguem aos credores liderados por FMI e União Europeia, confirmando que, para tais agiotas, a vida das pessoas vale menos que a de qualquer banco.

Estes castigos com que os gregos são ameaçados por – e agora avançamos um pouco na história – se recusarem a pagar corveia, banalidades, ajudadeira, formariage, fossadeira e algumas miúncas são também parte de um “sério aviso” a outros povos para que não arrisquem imitar os gregos, desafiando o poder de quem manda. E, nesse aspeto, os portugueses fazem parte dos avisados e Portugal é um exemplo que os troicanos gostam de dar: um país com os cofres cheios que, assim, poderá continuar a alimentar o seu inesgotável apetite.

Aos trabalhadores gregos, onde se incluem os professores, que mais pode ser imposto que não seja imposto aos portugueses? Cortes salariais? Também temos desde 2010! Carreiras congeladas? Sabemos o que é desde janeiro de 2011! Uma enorme carga fiscal? Continuamos com a herança do desaparecido Gaspar que goza de um emprego dourado oferecido por aqueles que serviu. Desemprego, precariedade, medidas do tipo “mobilidade especial”? O FMI mandou cortar mais 173 milhões de euros em funcionários públicos. Encerramento de serviços públicos que servem funções do Estado? Conhecemos bem a prática. Municipalização ou privatização de serviços? São estratégias que estão aí em força.

Então, concluir-se-á, o que de essencial nos distingue dos gregos é a postura do seu governo face ao que os troicanos lhes querem impor. Enquanto eles recusam ceder Helena, o subserviente governo português entende que, para além de Helena, lhes pode também oferecer, Conceição, Gisela, Maria, e, se estiverem interessados, acrescentará Zulmira na cedência.

Por vezes afirma-se que é uma questão de honra ou de coluna vertebral e que isso faz toda a diferença entre os governos grego e português. Também é isso, claro, mas, na verdade, a questão principal é que os governantes portugueses reveem-se no que lhes é exigido: por razões de ordem ideológica (é aquele o caminho que querem percorrer) e também porque, saindo da cadeira do poder, sabem que, aos colaboracionistas, será oferecida uma cadeira onde se poderão refastelar.

Antes que seja tarde, é preciso agora, com eleições à vista, acentuar a luta contra quem impõe estas políticas em Portugal e, no momento adequado, levar a luta até ao voto. ●

“

Longe vão os tempos em que o romance animava as disputas, pelo que, desta vez, o doce perseguido não será a bela Helena, mas toda a riqueza que possa ser sugada à Grécia, pois é isso que anima estes violadores do século XXI, DC.



MANIFESTAÇÃO EM LISBOA

Atenção, senhores do poder: com os professores e com a educação não se brinca!

Os mais de 36 graus que se fizeram sentir no passado dia 20 de junho (sábado), em Lisboa, não conseguiram diminuir a força e o impacto da manifestação nacional, que juntou milhares de professores, educadores e investigadores, previamente concentrados no Marquês de Pombal, e que desfilaram depois pela Avenida da Liberdade, rumo à Praça dos Restauradores. “Pela luta dos professores, revalorizar a educação, defender a profissão!”, foi o lema geral desta jornada, que teve o apoio solidário de muitos lisboetas

e a curiosidade de numerosos turistas de diferentes nacionalidades.

Os autocarros oriundos do Norte, da Região Centro, dos pontos mais afastados da Grande Lisboa e da zona Sul começaram a chegar a Lisboa ao fim da manhã, mas o desfile arrancou às 15 horas.

Já nos Restauradores, teve lugar a intervenção final, da responsabilidade de Mário Nogueira em representação da Plataforma Sindical. Foi ainda aprovada uma moção, que será enviada ao governo, aos grupos parlamentares e a diversas entidades.

O documento sintetiza sete reivindicações fundamentais, nomeadamente no âmbito da estabilidade de emprego, dos horários de trabalho e do regime de aposentação, temas que estiveram em foco nos panos, nas palavras de ordem, nas saudações e na intervenção final desta jornada. Os professores que responderam ao apelo das organizações sindicais exigem também a suspensão do processo de municipalização da educação e a abertura de um debate nacional que vise definir as linhas de uma efetiva descentralização na Educação. JPO



Mário Nogueira:

“É por mudança que os professores reclamam”

Neste sábado de intenso calor e que continua a ser, para muitos docentes, dia de reuniões nas escolas e de correção de provas de exame, não quisemos, nós professores, educadores e investigadores, deixar de estar presentes aqui em Lisboa, na rua, para manifestarmos o nosso protesto e reafirmarmos as nossas exigências, face à situação a que a Educação chegou no nosso país e que nem as cores com que o governo a pinta conseguem disfarçar as maleitas que a afetam.

Está a terminar um ano que, por muito que se pretenda iludir a realidade, não é possível apagá-la e o que fica é a certeza de o MEC ter piorado o seu desempenho, em cada ano que passou desta legislatura de 4 anos. Isso significa que não aprendeu com os erros e mesmo agora, a menos de 4 meses de se realizarem eleições, continua a tentar impor medidas que vão no sentido de fragilizar ainda mais a Escola Pública Portuguesa e de sacrificar, muito para lá do tolerável, os profissionais da Educação.

Balço do ano que termina: MEC chumbado

Deste ano, fica uma abertura completamente desastrosa, com grandes atrasos nas colocações de professores, decorrentes de erros e do próprio regime de colocações à margem da lista nacional de graduação; fica também a perda de ainda mais apoios devidos a alunos com necessidades educativas especiais; fica a PACC que este ano, pela primeira vez, excluiu milhares de docentes dos concursos; e a requalificação ou mobilidade especial que se abateu, pela primeira vez sobre professores; também temos a municipalização que governantes e alguns autarcas teimam em levar por diante sem ter em conta a posição dos professores; e ainda as carreiras que se mantêm bloqueadas ou, nas palavras do maior partido do governo, há dias em tempo de antena, foram consolidadas. Se carreiras “consolidadas” significar congeladas durante toda a Legislatura, com cortes aplicados de 2010 para cá e sem qualquer atualização que permita acompanhar a inflação, então as carreiras docentes consolidaram sim senhor, mas nós os professores exigimos a instabilidade das progressões e da valorização salarial. Foi ainda o ano em que se acentuou o subfinanciamento do

ensino superior e o ano em que se verificaram muitos despedimentos de docentes deste setor de ensino, preparando-se as instituições para despedir ainda mais, ou, para o evitarem, optando por situações de verdadeiro subemprego a que se sujeitarão milhares de docentes, incluindo os leitores das universidades portuguesas. Também na ciência se verificou uma verdadeira asfixia das unidades de investigação, em resultado de uma encomendada avaliação que tinha esse propósito, com consequências que também se abateram sobre inúmeros investigadores.

No ano que está prestes a encerrar, tivemos ainda outros problemas, como a imposição de trabalho acrescido aos professores, fosse o trabalho forçado imposto para servir interesses ainda não esclarecidos na relação MEC – Cambridge – empresas constituídas em consórcio para este efeito, fosse ao serviço da PACC, vigiando colegas que o MEC pretende impedir de terem acesso à profissão.

Foi ainda o ano em que milhares de profissionais das escolas de ensino artístico viram os seus salários atrasar meio ano e que quase centena e meia de docentes da Segurança Social foram atirados para a requalificação. Já agora, dizer que diversos desses docentes (em Bragança, Coimbra, Castelo Branco, Leiria e Beja) voltaram aos seus locais de trabalho por decisão judicial.

Tremendo desgaste do corpo docente exige medidas que aliviem sobrecarga horária e de trabalho

Mas este foi ainda o ano em que se acentuou a tremenda sobrecarga de trabalho que recai sobre os professores que se mantêm no ativo. Ao longo destes quatro anos, o MEC reduziu em quase 30% o número de professores nas escolas públicas. Dos quadros, saíram cerca de 24.000 e da contratação foram afastados cerca de 20.000 professores. Para compensar esta redução de 44.000 docentes, nos quadros ingressaram cerca de 4.000 que são hoje professores do quadro, mas de segunda categoria, pois não têm uma situação de carreira semelhante à dos seus colegas, tendo ficado com o mesmo salário que teriam se fossem contratados, ainda que tenham 20 ou mais anos de serviço docente. Neste período, porém, a diminuição do



número de alunos nas escolas ficou longe deste nível de redução, pois não foi além dos 10%. Portanto, percentualmente, a redução de docentes triplicou a de alunos, não sendo de estranhar que tal tivesse significado uma concentração maior de trabalho nos que continuam nas escolas. A par deste problema, as condições gerais de trabalho nas escolas pioraram, fosse com a atividade em contexto de mega agrupamento, ou com o aumento do número de alunos por turma, ou ainda com a insuficiência do crédito horário atribuído às escolas para todas as tarefas e funções que aos professores são exigidas.

Este é um problema que deverá ser resolvido no âmbito da legislação que fixa as normas de organização de cada ano letivo. Uma legislação que deveria estar estabilizada e não, como acontece, ser anual e fixada sempre tardiamente. Nesta, como em outras matérias, enche o MEC a boca com a palavra autonomia, mas quanto mais fala dela mais estreitas são as margens que deixa para o seu exercício. Autonomia seria permitir que as escolas estabelecessem o crédito, de acordo com as suas necessidades reais, mas para isso teria o ministro de confiar nas suas direções; autonomia não é criar um quadro escasso face ao que era necessário e depois dizer que as escolas são autónomas para gerirem a escassez, sobrando para elas o quebra-cabeças da distribuição da insuficiência. A estes problemas, junta-se a conveniente confusão sobre o que integra

“

Estamos em período pré eleitoral, pelo que é tempo de os partidos políticos dizerem ao que vêm e assumirem com clareza os seus compromissos. Queremos saber o que defendem para o futuro: se mais do mesmo, se um destino diferente para a Educação e para a Ciência.

a componente letiva e não letiva de estabelecimento, a ponto de haver escolas que atribuem a mesma tarefa ao mesmo professor repartida pelas duas componentes. São estas as razões por que os professores chegam completamente esgotados ao final de cada ano, problema que começam a sentir, hoje, cada vez mais cedo no próprio decurso do ano. São estas as razões por que exigimos que se tomem medidas que deem resposta a este grave problema que tem implicações muito negativas no trabalho dos professores e na vida das escolas.

Exigimos tempos adequados para a importante função de diretor de turma, bem como para o exercício das coordenações de departamento e de estabelecimento; tempos limitados para as reuniões de natureza pedagógica; uma clara definição do conteúdo da componente letiva que deverá incluir todo o trabalho desenvolvido diretamente com alunos; que os intervalos sejam, para todos, contabilizados na componente letiva

e as deslocações dentro do agrupamento nas horas de estabelecimento. Exigimos que seja aliviada a carga burocrática que o MEC reconhece existir mas nada faz para resolver.

Um regime específico de aposentação que tenha em conta o desgaste profissional

Queremos ainda, por ser justo e adequado, que a profissão docente seja reconhecida como de elevado desgaste físico e psíquico e, como tal, se estabeleça um regime específico de aposentação que dê resposta a tal situação. Defendemos os 36 anos de serviço, de vida contributiva, sem qualquer outra exigência, nomeadamente de idade. É recorrente ouvir gente com responsabilidade no setor afirmar que o envelhecimento da profissão é um problema complexo que é necessário resolver. Também achamos isso e a solução passa pelo que propusemos, pois não são os professores que reivindicam que lhes prolonguem a permanência no ativo

a que, ainda por cima, correspondem pensões cada vez mais reduzidas, como bem sabem os colegas já aposentados.

Não à municipalização, suspensão do processo em curso

Outro aspeto que temos na primeira linha das nossas reivindicações, é a necessidade de suspensão do processo de municipalização. Descentralizar não é municipalizar e os professores não aceitam a entrega aos municípios de responsabilidades em matérias de ordem pedagógica, de definição de currículos ou de gestão de pessoal docente. Esta plataforma sindical está legitimada pelos professores para exigir a suspensão do processo de municipalização, para exigir que um governo, a pouco mais de três meses de cessar o mandato, não avance com medida de tão profundas implicações, para exigir que se abra um processo de debate sobre descentralização com vista para um futuro que não cabe ser definido por um governo que já está em tempo de balanço e, portanto, cuja ação já só é passado. Os 97,8% de docentes que disseram não, numa consulta que envolveu a maioria dos professores portugueses, são bastantes para legitimarem esta exigência que aqui colocamos.

Milhões de euros públicos a servir interesses privados

Mas, disseram-nos os últimos dias – confirmando, aliás, o guião para a reforma do Estado – que o governo está mesmo apostado em, progressivamente, ver-se livre das escolas públicas, não apenas pela via da municipalização, mas também da privatização. E soube-se ontem que o governo reservou 540 milhões de euros para, até 2020, pagar contratos de associação. Desses, 140 milhões destinam-se já ao próximo ano, servindo para alimentar 1.740 turmas que, na maior parte dos casos, teriam lugar em escolas públicas. Este não é o caminho, pelo menos se se entender que o caminho é o que estabelece a Constituição da República Portuguesa. Será o caminho, se, em conta, for tido o relatório do FMI que pretende que sejam afastados da Administração Pública, trabalhadores cujos salários valham 173 milhões ao ano. Se for esse o rumo, muitos serão os docentes que tombarão pelo caminho, uns no inferno do desemprego, outros no limbo da requalificação.

[Como se adivinhava] concursos não resolveram problemas de instabilidade dos professores, tendo mesmo gerado injustiças

Uma palavra ainda para os números dos concursos que foram ontem conhecidos, e só para os números, pois o resto, a

competência do que está feito, só se perceberá a partir de segunda-feira. Dos 33.506 candidatos ao concurso externo, 95,6% ficaram fora dos quadros, mas não é só esse o problema.

É que, desse enorme contingente que ficou de fora, cerca de 19.700 docentes (isto é, mais de 60%) são mais graduados que o último dos colegas que vinculou no seu grupo de recrutamento.

Não pretendemos que sejam excluídos os que ingressam, mas exigimos que também vinculem aqueles que, sendo mais graduados, ficam de fora e que, no próximo ano, serão candidatos mas ao desemprego. Iremos, por todas as vias possíveis, continuar a defender esta exigência.

É ainda de assinalar que, neste concurso externo, há cerca de 12.000 candidatos a menos que no de 2013, em que foram 45.341. Se considerarmos os que ingressaram pela via dos concursos extraordinários, concluímos que faltam aqui os milhares que foram expulsos pelo MEC com a aplicação da PACC. Foi para isso que a PACC foi criada, para isso e para enxovalhar, de uma forma geral, todos os professores.

No que respeita ao concurso interno, constata-se que 2/3 dos 32.914 candidatos a uma mudança, não a obteve. E o drama de muitos destes colegas é que não se candidataram para se aproximarem de sua casa, como era legítimo, mas para tentarem fugir ao horário-zero que os deixa à mercê da requalificação, levando alguns a saírem da escola para a zona pedagógica ou a mudarem para escola mais distante da sua residência.

Estamos em período pré eleitoral, pelo que é tempo de os partidos políticos dizerem ao que vêm e assumirem com clareza os seus compromissos.

Queremos saber o que defendem para o futuro: se mais do mesmo, se um destino diferente para a Educação e para a Ciência.

É por mudança que os professores reclamam, mas uma mudança que respeite os direitos de todos: dos docentes da educação pré-escolar e dos ensinos básico, secundário e superior, sejam de escolas públicas ou de estabelecimentos privados, tanto lucrativos como ditos solidários, trabalhem no continente, nas regiões autónomas ou no estrangeiro, ou sejam investigadores científicos.

Uma mudança que, no respeito pela lei fundamental, terá de defender a Escola Pública de matriz Democrática, ou seja, uma escola de qualidade para todos e inclusiva. Só defendendo a Escola Pública e assumindo estima pelos profissionais da Educação assim se defenderá o futuro que somos obrigados a garantir às crianças e aos jovens do presente. ●

7 reivindicações fundamentais

Na moção aprovada na jornada de unidade, luta e protesto dos docentes e investigadores, destacam-se sete reivindicações fundamentais:

1. Que sejam tomadas medidas que promovam a estabilidade de emprego, designadamente a aplicação da Diretiva 1999/70/CE, a abertura de lugares de quadro de acordo com as reais necessidades das escolas e a realização de concursos que respeitem a graduação profissional dos docentes;

2. Que sejam atribuídos horários pedagógicamente adequados aos docentes, o que requer a disponibilização de um crédito de horas às escolas de acordo com as suas reais necessidades e a correta clarificação dos conteúdos das componentes letiva e não letiva de estabelecimento;

3. Que seja aprovado um regime de aposentação dos docentes que tenha em conta o elevado desgaste provocado pelo exercício da profissão, devendo, para esse efeito, serem fixados 36 anos de serviço, independentemente da idade;

4. Que seja suspenso o processo de municipalização da educação e aberto um debate nacional que vise definir as linhas de uma efetiva descentralização em Educação;

5. Que não seja posto em causa o caráter público do sistema de ensino, o que implica o abandono do “cheque-ensino”, da transferência para colégios privados de turmas para as quais há lugar nas escolas públicas e da concorrência desleal entre colégios e escolas públicas. Defendem que deve ser progressivamente abandonada – porque desnecessária – a política de contratos-associação;

6. Que haja um investimento efetivo na qualificação dos portugueses, o que, entre outras opções, exige um ensino superior de qualidade, organizado num sistema unitário, integrado e diversificado, e também uma aposta séria na investigação científica;

7. Que, para o futuro, sejam adotadas políticas efetivamente diferentes, que defendam a Escola Pública na sua matriz democrática, logo, necessariamente inclusiva, e valorizem os seus profissionais, quer respeitando-os ao nível das condições de trabalho nas escolas, quer dos aspetos relacionados com o acesso à profissão, vínculo, carreiras, remunerações e aposentação.

“São esses compromissos que os docentes e investigadores exigem dos partidos políticos, pretendendo conhecer as medidas que estes propõem com vista a concretizar a mudança que esta Manifestação Nacional reclama com assumida determinação,” conclui a moção. ●



Da Moção aprovada nos Restauradores

Por políticas que defendam a escola pública e estimem os seus profissionais

A Manifestação Nacional de Docentes e Investigadores realiza-se num momento de grande importância para o futuro da Educação e do país. Em final de Legislatura, é tempo de os profissionais da Educação e da Ciência apresentarem as suas exigências e de os partidos políticos assumirem os seus compromissos para o futuro. Ao longo dos últimos anos, com particular incidência nos últimos quatro, assistiu-se ao agudizar de problemas que exigiam resolução, o que provocou uma ainda maior dificuldade à vida nas escolas e, com crescente dimensão, adicionou penosidade ao exercício da profissão docente.

Hoje, só na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário, há menos cerca de 40.000 docentes do que no início da legislatura. Isto significa uma redução que, percentualmente, é três vezes superior à diminuição de alunos, argumento que os governos têm usado para justificar muitas medidas tomadas. Consequência da fortíssima redução do número de docentes é a tremenda

sobrecarga de trabalho que está a ser imposta aos professores no ativo, deixando-os visivelmente esgotados, pois acumulam, ao seu já exigente trabalho, o trabalho de quantos foram retirados às escolas. Apesar desta insuportável sobrecarga, não foi tomada, por parte da tutela, qualquer medida que visasse atenuar o desgaste; antes pelo contrário, até a aposentação é algo que vai ficando cada vez mais distante.

Às questões já referidas, acresce outra que merece grande contestação por parte dos docentes: a intenção do governo de avançar com a municipalização da Educação. No início do mês, os professores pronunciaram-se de forma esmagadora contra a municipalização (97,8% dos quase 54.000 professores que participaram na consulta realizada), o que obriga governantes e autarcas a retrocederem perante uma posição tão forte.

A defesa de uma Escola Pública de qualidade, democrática e, portanto, inclusiva não é compaginável com a municipalização da Educação, mas sim com um processo democrático de descentralização que, por

aquele caminho, fica inviabilizado. Mas, ao longo da Legislatura, outros problemas foram mantidos, criados ou agravados, tais como: cortes salariais, congelamento das carreiras, aplicação do regime de requalificação/mobilidade especial, medidas diversas que não resolveram a precariedade e agravaram, mesmo, o desemprego, redução do valor das pensões de reforma, mega agrupamentos, currículos escolares que ficaram empobrecidos, PACC, trabalho imposto no âmbito do exame Cambridge, avanço de processos de privatização do ensino, imposição de procedimentos que negam princípios essenciais da educação inclusiva, atraso de meses no pagamento de salários a docentes do ensino artístico que são vítimas de um modelo inadequado de organização e financiamento do sistema, problemas de subfinanciamento do ensino superior, asfixia financeira da investigação científica... entre muitos outros que agravaram a situação de crise na Educação (**ver 7 reivindicações fundamentais na página anterior**). ●

Municipalizar é porta aberta para a privatização de funções sociais do Estado

DULCE PINHEIRO (membro do SN da FENPROF)

A municipalização tem sido um desígnio, que vários governos têm tentado concretizar, até hoje sem êxito, porque a ele se têm oposto a generalidade dos trabalhadores, ao longo dos anos.

A instituição formal da delegação de competências a concretizar através de contratos interadministrativos a celebrar com as autarquias, vulgarmente conhecida por municipalização, é criada através do Decreto-Lei n.º 30/2015, de 12 de Fevereiro, em áreas de grande complexidade (educação, saúde, segurança social e cultura).

Este tem sido um desígnio, que vários governos têm tentado concretizar, até hoje sem êxito, porque a ele se têm oposto a generalidade dos trabalhadores, ao longo dos anos.

No passado recente, também o PS e agora o governo do PSD/CDS-PP com o guião da reforma do Estado “Um Estado Melhor”, colocam novamente a questão na ordem do dia, iniciando o ataque pela Educação, em completo secretismo, só gorado porque a FENPROF e outros sindicatos filiados na CGTP-IN foram desmascarando o processo, obrigando à generalização da discussão pública daquilo que eles pretendiam que ficasse confinado a apenas alguns!

O guião caracteriza-se por um forte cariz ideológico que revela claramente a marca de classe do governo PSD/CDS-PP! Pretende-se a continuação da retirada dos direitos dos trabalhadores da administração pública e o total desmantelamento dos serviços públicos com vista à sua destruição e privatização concretizando aquele que é o objetivo central de sucessivos Governos: a reconfiguração do Estado e destruição das suas funções sociais.

O exemplo dos brutais cortes nos orçamentos de Estado na educação (cerca de 3 200 milhões de euros, na atual legislatura) e na saúde (5584,8 milhões de euros, entre 2010/14) ilustram bem o agravamento (ou até a perda) da vida dos portugueses.

No plano laboral, os trabalhadores da administração pública têm sido o alvo preferencial dos vários governos, com especial

acutilância dos últimos. Novamente o guião é bem esclarecedor da forma como proceder: “não há qualquer possibilidade de superar a emergência financeira sem reduzir a despesa pública; e não há qualquer possibilidade de reduzir a despesa pública sem ter impacto nos salários das Administrações Públicas e nas aposentações do Estado”.

Através de alguns dados concretos, retirados do trabalho apresentado pelo economista Eugénio Rosa, no Encontro/Debate recentemente organizado pela Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública, ficam bem claros os efeitos das políticas de destruição dos serviços públicos sentidos pelos portugueses:

Em 3 anos (2011/13) houve uma redução de cerca de 60 trabalhadores por dia (70544); só em resultado do aumento das 35h semanais para as 40h estima-se que, por ano, o governo não pagou 826 milhões € (valor calculado para o aumento de 5 horas de trabalho semanal); entre 2011/15, o corte nas despesas com pessoal da administração pública atingiu 27,9 %, o que corresponde a uma redução de 4.680,3 milhões €.

O drama é que quando as políticas neoliberais estão ao rubro com o encerramento e/ou privatização de muitos setores da administração pública e quando a população empobrece em acelerado ritmo e mais precisaria de serviços públicos de proximidade para manter um bem-estar com mínimo de dignidade é quando o governo, em fim de legislatura, quer avançar a municipalização, medida que agrava, significativamente, o risco de privatização desses mesmos serviços, que funcionam graças à dedicação e empenho dos trabalhadores da administração pública.

Esta ofensiva, sem precedentes, refletiu-se igualmente no Poder Local comprometendo seriamente a sua autonomia. A crise, o combate ao défice, a redução da despesa pública, as imposições da troika... serviram de justificação! O fim a atingir é transformar as autarquias em meras secretarias do Estado, retirando-lhes meios financeiros e humanos e competências, diminuindo a sua capacidade de realização pública local e transformação social, para facilitar novos e rentáveis negócios privados.

É neste contexto, em que se liquidam freguesias, se encerram extensões de saúde, se esfrangalha a rede escolar, abatendo escolas e jardins de infância e/ou constituindo mega agrupamentos, entre outras medidas, que o governo, cinicamente, pretende transferir áreas fundamentais como a saúde, a

educação, a segurança social e a cultura para as autarquias...

E tudo poderia ser tão diferente se não houvesse autarcas que se vergam e capitulam perante um poder central que, apregoando a descentralização, é cada vez mais centralista e dominador. Isto é, tudo seria bem diferente se estes autarcas não fizessem o frete ao governo, perante a promessa de meia dúzia de tostões que lhes é oferecida através de candidaturas a fundos comunitários, esquecendo que essas mesmas verbas lhes têm sido subtraídas, ano a ano, ao não ser cumprida a lei das finanças locais.

Mas não se leia nisto perda de confiança no futuro. Antes pelo contrário! O governo iniciou este processo na educação anunciando que vinte câmaras municipais estariam dispostas a assinar contratos-programa em 1 de janeiro de 2015. Hoje, decorridas várias ações de resistência e luta contra a municipalização, várias câmaras retrocederam e, que se saiba, não há uma única que tenha formalizado o processo nesta área.

A defesa de uma Escola Pública de qualidade, democrática e, portanto, inclusiva não é compaginável com a municipalização da Educação, mas sim com um processo democrático de descentralização que, por aquele caminho, fica inviabilizado.

Assim, a FENPROF vai continuar a bater-se para que seja suspenso o processo de municipalização da educação e aberto um debate nacional que vise definir as linhas de uma efetiva descentralização em Educação.

Até agora o saldo é muito positivo e tem demonstrado de forma exemplar que vale a pena lutar!

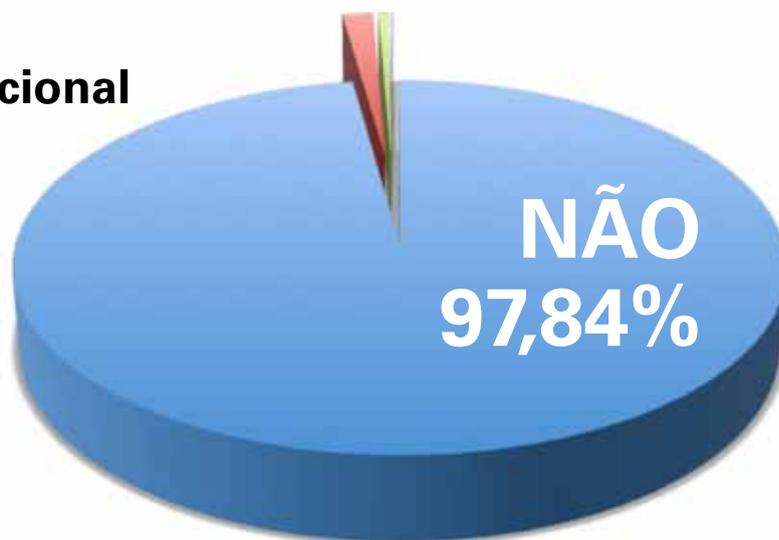
“quando as políticas neoliberais estão ao rubro e quando a população empobrece em acelerado ritmo e mais precisaria de serviços públicos de proximidade é quando o governo, em fim de legislatura, quer avançar a municipalização, medida que agrava, significativamente, o risco de privatização desses mesmos serviços”

De forma esmagadora

Maioria dos professores pronunciou-se contra a municipalização

Hoje, mais informados do que nunca sobre a municipalização (era também esse um dos grandes objetivos desta consulta: promover a informação sobre um processo que tem decorrido em grande secretismo), os professores estão determinados em lutar contra tal processo de delegação de competências nas câmaras municipais.

Nacional



A Plataforma Sindical dos Professores dirigiu (8/06/2015) ofícios aos Ministro da Educação e Ciência e ao Ministro do Desenvolvimento Regional solicitando reuniões com caráter de urgência. Nelas, as organizações proporão a suspensão do processo em curso e apresentarão propostas concretas no sentido de levar por diante um verdadeiro e adequado processo de descentralização do sistema educativo.

Esta exigência de suspensão do processo de delegação de competências nos municípios surge na sequência da consulta realizada junto dos professores e educadores em que

participaram 53.696 docentes que, com o seu voto secreto, se pronunciaram de forma absolutamente clara, não deixando quaisquer margens para dúvidas: 97,83% afirmaram-se contra a municipalização e só 1,54% entenderam pronunciar-se favoravelmente relativamente ao processo que o governo e algumas câmaras têm vindo a negociar secretamente, pretendendo levá-lo por diante nas costas das comunidades educativas. Os sindicatos da FENPROF, bem como outras organizações da CGTP-IN, representantes dos trabalhadores não docentes, levaram por diante o debate, a auscultação e a contestação a vários dos municípios inicialmente

escolhidos (ver pág. 9) e com o seu combate conseguiram, em diversos, evitar a marcha da municipalização. Os restantes 0,64% dos votos correspondem a brancos ou nulos.

Nos concelhos em que os contratos de municipalização estiveram ou ainda estão em vias de avançar, a (o)posição dos professores foi manifestada de forma também muito clara, não apenas pelo número de votos "Não", mas também pelos elevados níveis de participação que se verificaram.

De entre os diversos casos, destacam-se dois, Matosinhos e Mealhada, em que já se encontram previstos protestos dos professores, cuja acção dos docentes não

CONSULTA AOS PROFESSORES: Municipalização da Educação? NÃO!

Resultados Finais

SINDICATO	Votantes	SIM		NÃO		BRANCOS		NULOS	
GRANDE LISBOA	11 196	228	2,04%	10 899	97,35%	68	0,61%	11	0,10%
NORTE	23 455	334	1,42%	22 974	97,95%	121	0,52%	26	0,11%
CENTRO	12 891	171	1,33%	12 642	98,07%	65	0,50%	13	0,10%
SUL	6 244	94	1,51%	6 105	97,77%	40	0,64%	5	0,08%
Totais	53 786	827	1,54%	52 620	97,83%	294	0,55%	55	0,10%

pára, quer publicamente, quer com intervenção directa no quadro da realização de reuniões dos conselhos gerais e assembleias municipais.

Em Matosinhos participaram 83% dos professores. Destes, 96,3% votaram "Não". Isto é, votaram 1256 docentes, dos quais 1209 se manifestaram contra. No dia 8 de junho, a Assembleia Municipal de Matosinhos reuniu e, perante o risco de que esta matéria fosse a votação para viabilizar a entrada do município no processo de municipalização, os professores mobilizaram-se para se concentrarem no local.

Na Mealhada votaram 81% dos docentes. Destes, 95% votaram "Não". Em 15 de junho, de manhã, durante a reunião do executivo municipal, os professores concentraram-se em protesto junto à Câmara Municipal para conhecerem (e saudarem ou contestarem) a decisão tomada. No decorrer da concentração chegou a notícia: o ponto tinha sido retirado da ordem de trabalhos. Uma pequena vitória na batalha que os docentes sabem que terão de continuar a travar.

A posição dos professores foi igualmente clara em outros concelhos que têm estado associados a este processo, dando ao "Não" uma expressão gigantesca: Crato - 100%; Pampilhosa da Serra - 100%; Águeda - 99%; Castelo Branco - 98%; Maia - 98%; Faro - 97%; Lagoa - 97%; Batalha - 97%; Oliveira do Bairro - 96%; Abrantes - 95,4%; Tondela - 95%; Boticas - 95%; Amadora - 94,8%; Oeiras - 94,1%; Oliveira de Azeméis - 94%; Sousel - 91%.

Se analisarmos os números em termos distritais também não ficamos com quaisquer dúvidas, pois o pronunciamento contra dos professores situou-se entre os 92% de Viana do Castelo (em que votaram 88% dos docentes do distrito) e os 99% de Vila Real (que teve uma participação de 64% dos professores de todo o distrito).

Hoje, mais informados do que nunca sobre a municipalização (era também esse um dos grandes objetivos desta consulta: promover a informação sobre um processo que tem decorrido em grande secretismo), os professores estão determinados em lutar contra tal processo de delegação de competências nas câmaras municipais. 20 de junho foi um novo marco deste processo de luta e a mobilização promete não baixar de tom. | A Plataforma Sindical dos Professores 8/06/2015 ●

Norte



Centro



Grande Lisboa



Sul



É hora de acabar com a hipocrisia

O momento que vivemos exige uma intervenção empenhada no combate à política que quer subjugar os direitos fundamentais à lógica de negócio e lucro, passando por cima das leis nacionais e das próprias convenções da OIT.

É hora de acabar com a hipocrisia dos que falando no trabalho digno, a pretexto da competitividade a qualquer preço, continuam a reclamar mais flexibilidade das relações laborais para reduzir direitos e salários aos trabalhadores. Tal facto exige que passemos da constatação à ação para garantir o trabalho digno como o concebemos e defendemos.

Este é um tempo que reclama uma forte mobilização de todos quanto lutam pelo pleno emprego, com segurança e estabilidade, com igualdade entre mulheres e homens, o direito a uma justa retribuição, a articulação do tempo de trabalho com a vida pessoal e familiar, enquanto elementos estruturantes para responder às necessidades e anseios dos trabalhadores, combater as desigualdades e assegurar a dinamização da economia, indispensável para a consolidação e melhoria do funcionamento dos serviços públicos, tais como a Segurança Social, o Serviço Nacional de Saúde e a Educação.

Um tempo de rutura com a política de direita e, no quadro da preparação do centenário da OIT, um tempo de afirmação de que não há inevitabilidades, que o trabalho tem futuro e que o futuro tem de passar, necessariamente, pela valorização do trabalho, a dignificação dos trabalhadores, o progresso e a justiça social. ●

Da intervenção de Arménio Carlos, Secretário Geral da CGTP-IN, na Conferência Anual da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Genebra, 9 de junho de 2015

Regime de Aposentação dos Docentes

Só pelo tempo de serviço

defendemos

36
anos

e transitoriamente

40 anos
de descontos
Nem mais um dia!

A Plataforma Sindical dos Professores contesta a aposentação aos 40 anos de serviço e 66 anos de idade.

Exige que seja aos 36 anos de serviço. Porém, considerando a situação atual, no imediato, deverá ocorrer aos 40 (independentemente da idade).





Aposentação aos 36 anos de serviço: Uma reivindicação sensata e mobilizadora

ANTÓNIO AVELÃS (membro do SN da FENPROF)

A aposentação (ou a reforma) deve ser encarada sob diferentes ângulos. Antes de mais, é um direito conquistado por uma carreira contributiva, isto é, muitos anos de trabalho ao longo dos quais, numa solidariedade de gerações, se descontou para que os (na altura) mais velhos pudessem receber uma reforma, na expectativa de que quando lá chegarmos nos suceda o mesmo.

Mas é também um momento da nossa vida em que, libertados da “obrigação” laboral a que nos sujeitamos durante a maioria da nossa vida, podemos agora “fazer outras coisas” – novas experiências, conhecer novas paisagens. Para isso, é necessário conjugar fatores de saúde com um mínimo de sustentabilidade financeira – e daí que não seja despiciendo o valor da aposentação que se recebe.

Por fim, é também um período em que pomos a nossa experiência de vida ao serviço dos nossos netos.

Ou seja: uma aposentação digna exige que o valor que se recebe permita, no mínimo, garantir a qualidade de vida que se teve enquanto se trabalhou e que ela seja concedida em período de vida que permita

“gozá-la” de forma feliz. O momento em que um trabalhador deve poder aceder à sua pensão varia consoante as características da profissão que se exerce. Mas deve ser orientada pelo princípio de dignidade do trabalhador, isto é, ninguém deve ser obrigado a exercer a sua profissão quando, por razões de idade, deixou de ter condições para a exercer com qualidade.

Estes princípios, que parecem ser bastante evidentes são postos em causa com o prolongamento constante da idade exigida para a aposentação como atualmente acontece. O prolongamento dos anos de vida que o desenvolvimento técnico-científico conquistou deve ser posto ao serviço da felicidade e não ao aumento obrigatório dos anos de trabalho.

No que respeita à profissão docente parece inquestionável que o desgaste psíquico que ela provoca – os números clínicos sobre a profissão assim o demonstram - torna a todos os títulos contraproducente arrastar o direito à aposentação completa para lá dos 60 anos. No caso da educação pré-escolar e mesmo do 1º ciclo, ao desgaste psíquico deve somar-se a exigência física que o trabalho com crianças destas idades

“

No imediato, há que travar a irracionalidade do processo em curso que consiste, em nome do aumento da esperança de vida, em prolongar a idade necessária para a aposentação para limites inoportunos face ao desgaste acumulado que a profissão docente provoca.

exige. Partindo do princípio que um professor conclui a sua formação superior pelos 23-24 anos de idade e admitindo (infelizmente não é o que está a acontecer, mas é por isso que temos de lutar) que consegue de seguida um posto de trabalho, aos 60 anos de idade terá à volta dos 36 anos de serviço. Deverá ter garantido o direito a aposentar-se em condições dignas - até porque o sistema de ensino exige, para não fossilizar, a entrada permanente de “sangue novo”.

A posição da FENPROF e dos seus sindicatos de lutar pela aposentação sem penalizações aos 36 anos de serviço apresenta-se pois como uma medida sensata e mobilizadora, mesmo tendo consciência de que, nos tempos que correm, deve ser considerada uma luta a iniciar no imediato mas cuja vitória não se perspetiva no curto prazo.

No imediato, há que travar a irracionalidade do processo em curso que consiste, em nome do aumento da esperança de vida, em prolongar a idade necessária para a aposentação para limites inoportunos face ao desgaste acumulado que a profissão docente provoca. São inúmeros os professores e educadores incapazes de manter a qualidade profissional e portanto a sua dignidade pessoal aos 66 ou 67 anos de idade, a que correspondem na maioria dos casos mais de 43 anos de serviço, obrigando-os, para defesa da sua própria dignidade, a aposentações antecipadas com fortes penalizações. A reivindicação da FENPROF – 40 anos de serviço, aposentação já sem penalizações – deve pois ser entendida como uma resposta de emergência face a uma situação que se tornou insustentável para os docentes e para o sistema de ensino. Uma reivindicação transitória, mas muito importante como um primeiro passo para travar esta galopada irracional que pretende transformar uma vitória importante da humanidade – o prolongar a vida – num castigo imerecido. ●

Governo prepara o desvio de milhares de alunos para o ensino privado

Foi divulgado o “aviso de abertura ao regime de acesso ao apoio financeiro a conceder em 2015/2016, no âmbito do contrato de associação” dos colégios com o Ministério da Educação. O aviso segue-se à publicação da Portaria n.º 172-A/2015, de 5 de junho.

Aquele documento divulga uma listagem, por freguesia, das turmas a consignar, em distribuição de rede, ao ensino privado, em todo o território continental do país, de acordo com o que o governo entende ser o número de “alunos e turmas a considerar no procedimento concursal agora aberto”, o qual, se baseia “no número de turmas que têm integrado essa opção educativa [ensino privado] nas áreas identificadas, nomeadamente nos anos iniciais de cada ciclo de escolaridade”. Ou seja, o MEC estabelece estes limites, mantendo as turmas já existentes nos restantes anos de escolaridade, pelo que o número de alunos e de turmas contratualizados com comparticipação do orçamento do Estado será substancialmente superior ao agora divulgado neste aviso de abertura.

No referido aviso, no seu anexo I, declara-se que o número de turmas a consagrar em contrato de associação, o qual vigorará por três anos letivos é:

- Região Norte – 211 turmas dos 5.º, 7.º e 10.º anos
- Região Centro – 265 turmas dos 5.º, 7.º e 10.º anos

Grande Lisboa, vale do Tejo e região Oeste – 168 turmas dos 5.º, 7.º e 10.º anos

- Zona Sul – 12 turmas dos 5.º, 7.º e 10.º anos

• Total nacional de turmas objeto deste concurso – 656 turmas dos 5.º, 7.º e 10.º anos

Tomando como referência o número de alunos por turma (entre 25 e 28 alunos), o número de alunos abrangidos por esta medida, que só abrange os 5.º, 7.º e 10.º anos, situar-se-á entre 16400 e 18400.

Se tivermos em conta que este aviso de abertura é referente a apenas 3 dos 8 anos de escolaridade integrados nos três ciclos referenciados, pode projetar-se que durante 3 anos o ensino privado será, anualmente, financiado para cerca de 1750 turmas, com o valor (conforme explicita a Portaria n.º 172-A/2015, de 5 de junho) de 80.500 euros por

turma. Fica, assim, a saber-se que o governo PSD-CDS/PP projeta financiar anualmente os padrões dos colégios, através do orçamento do Estado, com mais de 140 milhões de euros.

Para além da justeza das objeções à forma como os dinheiros públicos são gastos pelo atual governo, num quadro em que se conhecem várias irregularidades e existiram diversos processos do Estado contra entidades proprietárias dos colégios, existe, hoje, uma rede pública com equipamentos, materiais e recursos humanos capazes de dar uma resposta de qualidade às necessidades educativas e formativas dos portugueses. Importa, por isso, questionar:

a) Sendo a rede definida e distribuída por territórios devidamente identificados, caso o número de alunos existente nesses territórios for idêntico, pouco superior ou inferior ao determinado neste aviso de abertura, são as escolas públicas quem perderá os alunos, podendo vir a encerrar?

b) Caso as famílias optem por matricular os seus filhos nas escolas públicas, serão elas obrigadas a transferi-los para as escolas privadas para que se cumpram aqueles limites fixados?

c) Num quadro de tentativa de municipalização da Educação, confirmar-se-ia a possibilidade de as autarquias definirem o ensino privado como prioridade na distribuição de turmas? E o governo, através das estruturas desconcentradas da DGEstE, irá fazê-lo?

d) Qual o impacto previsível desta medida relativamente à manutenção de funcionamento dos atuais edifícios escolares públicos?

e) Qual o impacto no número de professores em exercício de funções em escolas públicas? Quantos irão perder o seu emprego ou passarão à requalificação?

A lamentável situação, agora criada, quer pelo aviso de abertura referido, quer pelo despacho que regulamenta a forma de atribuição e celebração destes contratos de associação, obriga a que todos nos interroguemos sobre as graves consequências que, destes dois instrumentos, poderão resultar. Ao mesmo



tempo, é um imperativo nacional pôr em causa todo este processo por três razões fundamentais: 1. O quadro constitucional obriga a que o Estado seja responsável por uma rede pública de estabelecimentos que sirva as necessidades de toda a população. O governo força a consideração de que estas escolas privadas (que têm, inclusivamente, fins lucrativos) são “estabelecimentos de ensino integrante da rede pública” [cf. Portaria n.º 172-A/2015, de 5 de junho, art.º 14.º, d)], mas esta habilidade não altera a natureza “não pública e lucrativa” de tais estabelecimentos. Têm sido várias as formas utilizadas pela FENPROF e pelos seus Sindicatos não só para denunciar a imoralidade desta situação, mas também para levantar fundadas dúvidas sobre a forma como os dinheiros públicos contratualizados têm sido utilizados; 2. As escolas públicas existentes no território nacional são, grosso modo, adequadas em número e condições de funcionamento, em recursos humanos e de equipamentos, não se justificando o esbanjamento que o governo faz de dinheiros públicos. Este esbanjamento, que tem uma indisfarçável motivação ideológica, só pode ser entendido como uma forma de alimentar negócios que, vivendo dos



“

As escolas públicas existentes no território nacional são, grosso modo, adequadas em número e condições de funcionamento, em recursos humanos e de equipamentos, não se justificando o esbanjamento que o governo faz de dinheiros públicos.

impostos dos portugueses, não se inibem, em muitos casos, de explorar, violar acordos e desrespeitar a lei portuguesa no que aos seus trabalhadores diz respeito; 3. Sendo o governo português, como órgão de soberania do Estado, obrigado a garantir o

cumprimento da Constituição da República e sendo possuidor de uma rede pública de estabelecimentos de ensino básico e secundário, capaz de satisfazer a quase totalidade das necessidades da população portuguesa, ao ensino privado deverá ser atribuído um papel supletivo, quando satisfaz necessidades que o Estado não garante, ou um papel de opção das famílias, quando as mesmas estiverem dispostas a custear as decorrentes despesas. A alteração do estatuto do ensino particular e cooperativo, imposta pelo governo, não representa o sentir da maioria da população portuguesa e constitui uma opção ideológica. A FENPROF entende que deve ser revogada!

Neste quadro, a FENPROF admite recorrer aos tribunais para impedir a celebração de novos contratos de associação, sejam eles a ampliação dos existentes ou novos contratos com outras entidades privadas; dirigir-se-á ao senhor Provedor de Justiça, apresentando queixa contra o governo português e enviará uma exposição aos partidos políticos com representação parlamentar para que, no quadro das suas atribuições, intervenham no sentido da reposição daquilo que a FENPROF considera ser o interesse nacional e o respeito pela Constituição. ●



PETIÇÃO

Mais 17.158 assinaturas suportam cinco petições entregues ao longo de uma só semana na Assembleia da República. Em causa a defesa da escola pública de qualidade posta em causa pelas políticas do governo

Na semana que antecedeu a Manifestação Nacional de Professores, Educadores e Investigadores, a FENPROF entregou, em todos os dias da semana, petições regionais ou distritais em defesa da Escola Pública de qualidade, um bem precioso que o governo, com as suas políticas, tem vindo a pôr em causa. Estas petições foram assim entregues à Senhora Presidente da Assembleia da República:

15 de junho: Região Norte – 4.308 assinaturas

16 de junho: Distrito da Guarda – 2.531 assinaturas

17 de junho: Lisboa e Vale do Tejo – 1.439 assinaturas

18 de junho: Alentejo – 7.323 assinaturas

19 de junho: Regiões Autónomas – 1.553 assinaturas

Com estas petições, duas delas a terem de subir a plenário, a FENPROF pretende que a Escola Pública de qualidade, democrática, para todos e inclusiva continue na agenda parlamentar como questão prioritária. Com esta iniciativa, completa-se a entrega de uma petição que, em relação a outros distritos – Viseu, Castelo Branco, Coimbra, Faro e Leiria – já teve lugar e mereceu discussão no Parlamento. Em período de pré-campanha eleitoral, espera-se que estas petições contribuam para que se criem ainda melhores condições para que se tornem claras as posições dos diversos partidos sobre a Escola Pública e que tal contribua para uma opção consciente por parte de todos os eleitores. ●



A cerca de três meses de eleições

Governo destila veneno sobre a escola pública procurando aniquilá-la

Em cima da municipalização e de tantas outras medidas que asfixiam a capacidade de resposta das escolas públicas, o governo impõe o caminho da privatização, com mais de 500 milhões de euros públicos a alimentar interesses privados

A Resolução n.º 42-A/2015 do conselho de ministros, publicada dia 19 em Diário da República, demonstra de forma claríssima, que o governo ainda em funções quer, antes de sair de cena, decidir o futuro da Educação, pretendendo que este passe pela sua privatização, agora completamente assumida. Assim, estabelece “a realização da despesa relativa aos apoios decorrentes da celebração de contratos de associação até 1.740 turmas por cada ano letivo, para os anos económicos de 2015 a 2020, até ao montante de 537 176 500,00 EUR”, isto é, quase quinhentos e quarenta milhões de euros!

Estes números confirmam em absolu-

to as contas que a FENPROF divulgou, ao denunciar que o governo se preparava para financiar “cerca de 1.750 turmas” no próximo ano letivo e nos dois seguintes, apontando para um valor da ordem dos “140 milhões de euros”. Aí está a confirmação: serão exactamente 139 640 667 euros!

A resolução aprovada e agora publicada aponta para um ligeiro decréscimo, a partir de 2018, do valor a transferir por via destes contratos que se acentua nos anos económicos seguintes.

A razão é muito simples: em 2015/2016, 2016/2017 e 2017/2018, a privatização passa pela celebração de contratos de associação (conforme estabelece o aviso de abertura referido pela FENPROF); a partir daí, como o governo já aprovou no designado guião da reforma do Estado, as estratégias a seguir serão outras, pelo que estes contratos perderão parte do financiamento que será utilizado nessas novas estratégias. Serão elas,

a concretizarem-se as intenções do governo, a aplicação do cheque-ensino e a criação das designadas escolas independentes.

Seja qual for a estratégia adotada pelo Governo para privatizar a Educação, o que fica esclarecido é que a atual maioria, caso se mantivesse no governo, iria avançar, em força, com a privatização, o que, para além de satisfazer princípios ideológicos e apetites de operadores privados, teria como consequência uma tremenda redução das respostas públicas de educação, com implicações gravíssimas também para os profissionais docentes.

Desemprego e mobilidade especial/requalificação seriam o futuro de milhares de professores e educadores que, por tantas razões, incluindo esta, se manifestaram em Lisboa e terão, em breve, no momento de votar, a oportunidade de manifestar o seu acordo ou desacordo com as políticas que procuram impor este caminho. ●



FENPROF na Comissão de Educação

Problemas do ensino artístico especializado e dos leitores das universidades em discussão na A.R



Decorreram no passado dia 16 de junho duas reuniões com a Comissão de Educação, Ciência e Cultura da Assembleia da República em que as delegações da FENPROF integraram docentes que vivem as difíceis situações apresentadas aos deputados desta comissão parlamentar.

Às 15 horas, o tema foi a situação no Ensino Artístico Especializado e as dificuldades que continuam a marcar o dia a dia deste subsistema, em particular no que diz respeito ao financiamento.

Às 16 horas, o debate centrou-se na situação de extrema precariedade em que se encontram os leitores das universidades portuguesas, muitos a verem os seus contratos passarem de tempo integral para parcial e outros em risco de, pura e simplesmente, serem despedidos.

Na primeira sessão (foto de cima) falaram Nuno Betencourt, diretor pedagógico do Conservatório da Figueira da Foz, e Susana Batoca, diretora executiva da Academia de Música de Almada. Nos escassos minutos habitualmente concedidos nestas reuniões,

os dois docentes conseguiram dar um panorama da situação que se vive no setor, alertando desde logo para as questões do financiamento. Como se constatou neste debate, o diálogo, a negociação e a tomada de medidas coerentes são linhas fundamentais para a resolução dos graves problemas que afetam o ensino artístico especializado.

Na segunda reunião, Ana Cao (Universidade da Beira Interior) e Cláudia Ferreira (Universidade de Aveiro) alertaram para a grave situação de precariedade em que vivem os 132 leitores em serviço nas universidades portuguesas, em que além da docência e da investigação, exercem cargos de natureza pedagógica e científica. 36 por cento têm entre 15 a 30 anos de serviço prestado. “Reivindicamos estabilidade de emprego. Desempenhamos tarefas permanentes nas instituições”, sublinharam no diálogo com os deputados.

No balanço geral das duas sessões ficou um renovado apelo à Assembleia da República para a solução dos problemas levantados pelos docentes do ensino artístico especializado e pelos leitores universitários, como sublinhou Mário Nogueira. | JPO ●

Mobilidade especial/requalificação: FENPROF ouvida na Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Uma delegação da FENPROF foi ouvida no passado dia 2 de junho, na Comissão de Educação, Ciência e Cultura da Assembleia da República.

A audição parlamentar decorreu na sequência da entrega de uma Petição (n.º 502XII/4ª) contra a mobilidade especial/requalificação. De entre vários aspetos, a delegação sindical realçou o facto de na Educação não existir excesso de professores e de este mecanismo visar o emagrecimento da despesa com pessoal, preparando, desta forma o progressivo abandono forçado da profissão.

Dirigida por Mário Nogueira, Secretário Geral, a delegação da FENPROF integrava João Cunha Serra (presidente do Conselho Nacional), Branca Gaspar (SPGL), João Loureiro (SPRC) e Manuel Nobre (SPZS).

A Petição, que deu entrada na AR no passado dia 30 de abril, continua a suscitar um inequívoco apoio a nível nacional, e exige:

- A não aplicação do regime de requali-

ficação/mobilidade especial aos docentes, pois, como se confirma, não há professores a mais nas escolas;

- O regresso às suas escolas dos docentes que delas foram retirados, onde deverão continuar a desenvolver as atividades por que eram responsáveis;

- A consideração, no âmbito da componente letiva, de todas as atividades que implicam trabalho direto com alunos, designadamente as que o MEC reconhece para efeito de completamento de horário letivo, exceto quando a titularidade de turma não atinge as seis horas. Este reconhecimento, aliás, já foi assumido pelo MEC em ata negociada com as organizações sindicais, mas depois desrespeitou o seu compromisso;

Que não sejam tomadas mais medidas, sendo corrigidas as já impostas, destinadas a dispensar docentes, todas elas com custos elevados para a qualidade do trabalho nas escolas. De entre tais medidas, destacam-se o aumento do número de alunos por turma,



a permanente manipulação da organização dos horários de trabalho, o corte de horas às escolas para se organizarem pedagogicamente, o desrespeito pelos limites estabelecidos para turmas com alunos com NEE, soluções curriculares de natureza economicista, entre outras.

Os representantes dos partidos de toda a oposição manifestaram posições favoráveis aos objetivos fundamentais desta Petição. ●



impressões

FRANCISCO ALMEIDA (membro do SN da FENPROF)

A municipalização e a opção ideológica para arruinar a Escola Pública

O governo do PSD/CDS com o apoio de algumas autarquias estão apostados em arrancar com o processo de municipalização da educação. As autarquias envolvidas são todas dirigidas pelo PS e pelo PSD. Não estranha esta convergência ao centro em torno desta matéria, uma vez que se trata de uma das áreas da chamada “reforma do estado” que decorre do designado “memorando de entendimento” com a trioka.

A dita reforma do Estado, que consta da resolução do conselho de ministros de 8 de Maio de 2014, aponta para três objetivos estratégicos: reduzir o investimento público nas funções sociais do Estado, abrir à gestão privada os serviços públicos e desregular e precarizar o trabalho e largos setores da administração pública, nomeadamente nas áreas da educação e da saúde. Ora, creio que a FENPROF e os professores portugueses jamais poderão dar o seu acordo a um processo orientado para aqueles três objetivos. A municipalização da educação assume um caráter instrumental daqueles objetivos. E é cada vez mais claro que o atual processo é apenas uma etapa no percurso que o governo quer fazer neste domínio – o Dec-Lei 30/2015 e declarações diversas de governantes e autarcas marcam já o caminho da delegação de mais competências nas comunidades intermunicipais.

A desregulação e a precarização do exercício da profissão docente está bem patente nos contratos que o governo quer assinar com as autarquias, quando aí se determina que as câmaras passam a selecionar um quarto dos professores ou quando se estabelece que a gestão do pessoal docente, entre os diversos agrupamentos, passa a ser uma competência da câmara municipal. Em tal situação ficariam postergadas as regras de seleção e recrutamento assentes na graduação profissional. Mas, fica tudo mais claro quando Passos Coelho afirma, em Valença do Minho, no dia 21.Out.14, “ainda não conseguimos que a transferência de competências possa abranger a colocação de professores”. Ainda... diz o primeiro-ministro. Em Dezembro de 2006, António Costa – então ministro da administração interna – disse coisa semelhante em entrevista ao Diário de Notícias. Este é, de facto, um objetivo que vários governos perseguem [sem o terem conseguido até hoje] desde 1983. Nesse ano, tentaram, na proposta de Orçamento de Estado, impor esse caminho em dois setores de educação. Foram derrotados pelos professores e educadores. Por outro lado, a gestão dos docentes entre os diversos agrupamentos teria consequências desastrosas em termos de horários zero/desemprego, como, a uma escala menor, aconteceu aquando da imposição dos mega-agrupamentos. Tenho como cada vez mais claro que é na colocação de docentes que parece encaixar a ideia de envolver as comunidades intermunicipais neste processo de desresponsabilização do Estado.

O objetivo da redução do investimento na educação fica bem expresso numa das cláusulas dos contratos, quando chega ao limite de estabelecer um incentivo financeiro para as autarquias que procedam a cortes. O governo destina, a título de estímulo, metade do valor cortado às câmaras municipais. O que o governo objetivamente diz é: cortem e ficam com metade do que cortarem. Mas, ainda que as autarquias não procedam a cortes, o governo “acautela” eventuais “deslizes de boa vontade” das autarquias

quando determina, logo no início do contrato, que a despesa pública com a educação não pode crescer. Mais recentemente, começou a fazer caminho a ideia de que, com a municipalização da educação, as câmaras municipais podiam financiar a educação no concelho por via dos fundos comunitários. Governantes e autarcas teimam em não responder a uma singela pergunta – quando terminarem os fundos comunitários, a educação funciona com que dinheiro? Voltaremos aos valores necessários oriundos exclusivamente do Orçamento de Estado?

Um outro objetivo central do governo é a entrega da gestão de serviços públicos a entidades privadas. Nada que não fosse já conhecido, uma vez que o programa do PSD nas últimas eleições legislativas e o programa do governo PSD/CDS, apresentado na AR em 2011, previa expressamente a concessão da gestão de escolas e serviços de saúde a entidades do setor privado e social.

O que aconteceu com as AEC não deixa lugar para dúvidas – um número significativo de autarquias, quando assumiu essa responsabilidade, entregou a sua organização a empresas. O resultado é conhecido – precariedade contratual com recurso a recibos verdes, salários miseráveis e em atraso e abandono do contrato por parte de várias empresas em diversos concelhos.

Em várias reuniões e debates sobre este processo foram diversos os autarcas que afirmaram que a gestão de um tal pacote de responsabilidades seria feita com recurso a empresas municipais que, como se sabe, podem fazer concessões. Aliás, em reuniões com a FENPROF, a diversos membros do governo foi dito que, se o objetivo não é a concessão a empresas privadas, o contrato interadministrativo devia proibi-lo expressamente. A verdade é que nunca o governo incluiu tal cláusula nos ditos contratos.

É claro que este programa ideológico de destruição da Escola Pública exige que uma outra questão seja resolvida – reduzir os espaços de decisão dos órgãos de direção e gestão das escolas e demolir as justas aspirações de construção da autonomia das escolas e agrupamentos. O discurso em torno da autonomia das escolas é recorrente, por parte de sucessivos governos. É espantoso que o contrato interadministrativo afirme que um dos objetivos da municipalização da educação é o reforço da autonomia das escolas. Mas, o seu clausulado e a “matriz de responsabilidades” fazem exatamente o contrário, quando retiram poderes aos órgãos das escolas para os atribuir às câmaras municipais. Trata-se realmente de um processo de recentralização, embrulhado no discurso da aproximação das decisões e dos decisores aos cidadãos. Pois que, se o objetivo fosse proceder a essa aproximação, o aparelho político administrativo do MEC teria que abandonar alguns dos seus tradicionais poderes em favor da sua atribuição às escolas, nomeadamente no que respeita à constituição de turmas, apoios educativos, organização de horários, oferta educativa, cursos profissionais e vocacionais, processos de avaliação. Os professores e a FENPROF, o Conselho das Escolas, as associações de diretores, a ANMP, os trabalhadores não docentes . já recusaram este caminho que o governo está a querer iniciar. Importa não desistir. A vida já mostrou que a luta organizada e persistente é a única forma de impedir a concretização de medidas contrárias ao interesse dos portugueses e do país. ●



duas palavras

MANUEL NOBRE (spzs.nobre@gmail.com)

O Mito urbano?

Apoucos meses do fim da legislatura, e procurando garantir a continuidade das políticas que há muito vêm empobrecendo os portugueses e a destruir o país, o Primeiro-Ministro sente necessidade de se justificar, não vá o voto popular trair a norma.

Passos tira assim um Coelho da cartola e afirma que, nunca aconselhou os jovens a emigrar, quanto muito, estaria a aconselhar professores a abandonar a sua zona de conforto e a procurarem emprego noutros países. Ao mesmo nível, encontram-se as declarações de um ministro da Economia do anterior governo, quando afirmou que “os baixos salários tornam Portugal mais competitivo”. Estas declarações tratam-se de verdadeiras afrontas à dignidade e inte-

gridade dos portugueses. Contudo, Passos Coelho considera as suas declarações puro mito urbano.

Fica a questão, afinal as políticas que estão a ser aplicadas a Portugal pelo governo não são para beneficiar os portugueses?

Se o primeiro-ministro considera que o apelo à emigração é um mito urbano, como se justificam as políticas que estão a empurrar esses mesmos portugueses para o estrangeiro? Como se justifica, para que servem e quem beneficiam as privatizações, os cortes salariais, os congelamentos das carreiras, os encerramentos de escolas, o aumento de alunos por turma, o aumento da idade da aposentação, a PACC, o aumento da precariedade, a mobilidade especial/requalificação, a municipalização da educação

e de outros serviços públicos, etc, estas têm sido as opções dos governos e que, ao longo dos últimos anos, empurraram e continuam a empurrar milhares de portugueses para o desemprego e para fora do país.

Assim, conclui-se que, mito urbano têm sido, isso sim, as soluções e as opções adoptadas, que continuam a endividar cada vez mais o país, a empobrecer os portugueses e a retirar soberania ao país. Todos os que procuram resignar os portugueses para perpetuar a política de espoliação sabem que é na urna de voto que o tal mito urbano cairá.

Os professores sabem o quão importante é a escola pública para o futuro do país, sabem da importância da sua acção no combate aos mitos instalados, e na defesa de uma profissão dignificada e valorizada. ●

Cartoon Henrique Monteiro





A propósito dos concursos: os números da vergonha (e também da preocupação)

Os números falam por si:

- Concurso externo: 33 506 candidatos. 95,6% não obtiveram qualquer colocação;
- Concurso externo: 19 699 candidatos da 2.ª prioridade são mais graduados que o último candidato do seu grupo que vinculou ao abrigo da designada "norma travão";
- Concurso externo: 5 185 candidatos excluídos por não apresentarem o requisito PACC (exclusão de código E68). O maior número de exclusões surge no 1.º Ciclo, com 1 515. Seguem-se Pré-Escolar com 558, Educação Especial com 403, Português ES com 316, Educação Física ES com 304 e Educação Física 2.º ciclo com 287;

- Concurso interno: 32 914 candidatos. Destes, 2/3 não obtiveram colocação.

Em relação a estas colocações, a FENPROF considera que há dois aspetos ilegais e mesmo de constitucionalidade duvidosa:

- A ultrapassagem de docentes por força da aplicação da norma travão. Entende a FENPROF, e voltou a propor isso ao MEC em janeiro, antes da realização do concurso, que, depois de esta norma ser aplicada, deveriam vincular todos os docentes que, tendo sido remetidos para 2.ª prioridade, tivessem graduação profissional superior ao último do seu grupo de recrutamento que entrou em quadro. É essa a proposta que mantém, apelando aos

grupos parlamentares e ao senhor Provedor de Justiça que, no âmbito das respetivas competências, diligenciem nesse sentido.

- A exclusão de candidatos por não apresentarem o requisito PACC. A posição do Senhor Provedor de Justiça, divulgada no ano passado, explica bem as razões desta ilegalidade.

Para além de todos estes problemas que se referiram, estamos, também, muito longe de ter 90% dos professores colocados, como alguns aparentes porta-vozes oficiais do ministério anunciavam há alguns dias. Na verdade, neste momento, faltarão ainda afetar ou colocar perto de 30 000 docentes nas escolas (tendo como referência a situação de 2014, início do ano que agora termina):

- Docentes dos QZP: 14 153;
- Docentes dos quadros de escola/agrupamento em mobilidade interna: 1 503, em 2014;
- Contratação Inicial e Renovações de contrato: 1 785, estimando a partir de 2014 e subtraindo os que agora entraram nos QZP;
- Demais contratação ocorrida até dezembro de 2014: 11 919 (RR - 6 713; BCE - 4 825; CE - 381).

Faltarão, pois, quase 30 000 professores nas escolas, o que significa cerca de 25% dos que serão necessários para o ano se iniciar adequadamente. Do início do ano que agora termina todos recordam os atrasos que se verificaram e a confusão instalada, na altura em que Ministro da Educação e Primeiro-Ministro repetiam que apenas faltavam 2% dos professores...

Tem constado que governo e partidos da maioria estarão a fazer tudo para que, este ano, o início do ano ocorra sem sobressaltos, nomeadamente em relação às colocações dos professores. Lamentável é que a preocupação dos governantes surja apenas este ano por temerem consequências eleitorais. Essa atenção e esse rigor deveriam existir sempre, com ou sem eleições próximas, pois as escolas, os professores e os alunos merecem esse respeito. Veremos, no entanto, o que acontece! ●

Desemprego volta a aumentar no início de 2015

Os dados divulgados pelo INE (6/05/2015) mostram um aumento do desemprego e uma queda do emprego pelo segundo trimestre consecutivo, o que revela que, ao contrário do que o Governo vem apregoando, a economia continua a não gerar emprego e a crise se mantém.

Segundo o INE no 1º trimestre de 2015 existiam cerca de 713 mil desempregados, sendo 13,7% a taxa de desemprego média e de 34,4% entre os jovens.

A CGTP-IN recorda, no entanto, que o desemprego real é bastante superior, porquanto ao número estatístico do desemprego se somam os subempregados, os desencorajados e os inativos indisponíveis, num total de 532 milhares, bem como os mais de 70

mil desempregados ocupados em contratos emprego-inserção ou em estágios, contabilizados estatisticamente como empregados. Assim, a taxa real de desemprego e subocupação é de 24,1%, correspondendo a mais de 1 milhão e 315 mil desempregados e subocupados.

Os dados publicados mostram também um aumento do desemprego de longa duração, que atinge hoje mais de 64,5% dos desempregados, muitos dos quais já esgotaram ou nunca tiveram acesso à proteção no desemprego. De facto, menos de 1/3 dos desempregados tem acesso a prestações de desemprego e o valor das mesmas é cada vez mais baixo (cerca de 466 em 2014). ●

FENPROF avança 10 medidas

É urgente melhorar a organização pedagógica e o funcionamento das escolas

A FENPROF defendeu 10 medidas para melhorar a organização pedagógica e o funcionamento das escolas, bem como para respeitar um desempenho docente de qualidade, as quais foram entregues em documento específico de que damos conta nesta página. A FENPROF manifestou preocupação com o atraso que se verifica na definição das normas de organização do ano escolar 2015/2016 (o ano passado, o despacho foi publicado em 26 de maio) e, mais uma vez, considerou que esta é das matérias que deveria merecer um quadro legal estabilizado e não a publicação anual de despachos que impedem as escolas de se organizarem com a necessária antecedência.



A FENPROF defende a aprovação de um quadro legal estável que defina o essencial da organização de cada ano letivo e não despachos anuais que, até à sua saída, deixam suspensa toda a atividade das escolas no que respeita à organização do ano letivo seguinte.

A FENPROF, por concordar com o reforço da autonomia das escolas e agrupamentos neste domínio, discorda do controlo ferroz que o MEC tem vindo a assumir em relação aos aspetos essenciais, tais como a organização da constituição de turmas, o número de alunos por turma, as medidas de apoio a disponibilizar aos alunos com necessidades educativas especiais, a organização dos horários dos professores e até em relação aos projetos que as escolas

pretendem desenvolver para promoção do sucesso e combate ao abandono escolar. Da mesma forma, o MEC não prescinde de ser quem estabelece as horas letivas de crédito a atribuir a cada escola – com a agravante de o fazer de uma forma que é injusta para as escolas, pois discrimina negativamente as que mais precisariam de horas – e, sendo escassas as horas atribuídas, transfere para as escolas a gestão dessa escassez. Tem sido a essa gestão do insuficiente que chama autonomia.

Perante o atraso que já hoje se verifica na aprovação do despacho sobre organização do próximo ano letivo, mais uma vez fica por discutir e alterar o essencial. Porém, tendo consciência de que esse debate já não é possível, dado o atraso verificado, de ter eficácia no quadro legal a definir para 2015/2016, a FENPROF apresenta dez medidas que, de imediato, deverão ser ainda incluídas nesse quadro:

- À função de direção de turma deverá ser atribuída, por norma, uma redução de 3 horas letivas, podendo, excecionalmente, esta redução ser diferente, mas nunca inferior a 2 horas;
- As reuniões de natureza pedagógica serão incluídas na componente de estabelecimento dos docentes, sendo, no máximo, de 2 horas semanais;
- Todas as atividades desenvolvidas diretamente com alunos na sua compo-

nente curricular ou que constituem reforço desta integram a componente letiva dos docentes;

- No ensino básico, os professores dos 2.º e 3.º ciclos (tal como os do ensino secundário) não poderão ter turmas de mais de 2 disciplinas/níveis, de 3 programas ou de 5 turmas e os do 1.º ciclo só excecionalmente poderão ter 2 anos de escolaridade por turma;

- O tempo de deslocação entre estabelecimentos do agrupamento é contabilizado no horário dos docentes;

- Os intervalos, também no 1.º ciclo do ensino básico, são contabilizados no âmbito da componente letiva;

- À função de coordenação de departamento devem ser sempre atribuídas reduções da componente letiva, incluindo aos coordenadores do 1.º ciclo e da educação pré-escolar, podendo as mesmas variar em função do número de membros dos departamentos;

- À função de coordenação de departamento devem ser atribuídas reduções semelhantes às da coordenação de estabelecimento, incluindo aos coordenadores do 1.º ciclo e da educação pré-escolar;

- As turmas que incluem alunos com necessidades educativas especiais devem respeitar escrupulosamente os normativos legais estabelecidos: máximo de 20 alunos e de 2 alunos com NEE;

- Previsão de horas (redução ou contratação) para manutenção de equipamentos ou redes informáticas. ●

FARO

“Currículo escolar – uma questão essencialmente política”



Decorreu no dia 30 de maio, na Escola Secundária Pinheiro e Rosa, em Faro, uma das oito conferências que a FENPROF realizou por todo o país, sobre temas estruturantes ligados à Educação. A conferência, subordinada ao tema: “Currículo Escolar, uma questão essencialmente política”, teve como oradores dois excelentes especialistas do tema, os professores Carlinda Leite e José Carlos Morgado, das Universidades do Porto e do Minho, respetivamente. ●

Carlinda Leite (Universidade do Porto)

A professora Carlinda Leite centrou a sua intervenção num conjunto de perguntas orientadoras sobre a neutralidade do currículo; as influências que a política educacional sofre no sistema educativo português e qual o lugar que fica para os professores na política educacional e no currículo. Sobre a neutralidade do currículo, lembrou que, historicamente, a escola e o currículo são espaços de inculcação e de transmissão da cultura dominante.

Contudo, no final dos anos 70 desenvolveu-se o movimento reconceitualista de oposição à neutralidade do conhecimento e do currículo, que considerou ser responsabilidade da educação promover a reconstrução da cultura e a mudança positiva da sociedade. Este movimento, pondo em causa o entendimento do currículo como atividade meramente técnica e administrativa do ensino, partiu da crença de que o desenvolvimento do espírito crítico e o questionamento dos princípios que norteiam o currículo escolar e as práticas do seu desenvolvimento geram mudanças de consciência facilitadoras de

novas ordens sociais que se opõem à inculcação ideológica muitas vezes realizada através do currículo oculto.

Através da Nova Sociologia da Educação, a académica evocou Michael Young para questionar o facto de algumas disciplinas terem mais prestígio e maior carga horária que outras, o que tem levado, na ótica de Ivor Goodson, a conflitos entre elas por questões relativas a status, recursos e territórios. Refletiu sobre para que servem as escolas e os professores, numa era de profuso desenvolvimento tecnológico e onde, aparentemente, a cultura e a informação são mais acessíveis à população devido à globalização e ao acesso à internet. Afirmou que os professores são intelectualmente transformadores e as escolas deverão ser os locais de aprendizagem da democracia, “numa democracia, cabe aos professores serem os fazedores da mudança”. Seguindo Young, sublinhou que é função da escola capacitar os jovens a adquirir o conhecimento que, para a maioria deles, não pode ser adquirido em casa ou na sua comunidade. Na perspetiva deste autor, as escolas deverão questionar o currículo, procurando que este promova aprendizagens significativas, de modo a que os alunos possam adquirir um conhecimento poderoso.

A professora Carlinda Leite questionou sobre o lugar dos professores na política educacional e no currículo, concluindo que são as suas práticas pedagógicas que poderão fazer a diferença. Cabe aos professores recorrer a processos de contextualização/recontextualização do currículo que permitam torná-lo significativo para todos os alunos; mobilizar as experiências dos alunos e os seus conhecimentos de base como pontos de partida e

não como pontos de chegada (bilinguismo cultural) e recorrer a processos de trabalho colaborativo e de relações interpessoais que possam constituir redes de apoio curriculares tanto para professores como para alunos.

Para a professora Carlinda Leite o transbordamento de funções e de tarefas que está a ser exigido aos professores e o desinvestimento na educação e nas condições que favoreçam uma formação contínua tem vindo a gerar um desencanto com a profissão, e a promover uma representação social menos positiva. A melhoria na educação, no sentido da qualidade social, exige um grande

investimento, situação que, nos tempos que correm, não está a acontecer. O funcionamento do sistema está a gerar situações de desentusiasmo e a empurrar muitos professores para a perda de condições que permitam responder às exigências que a complexidade do ato educativo, na sua dimensão social e cognitiva, exige. Apesar disso, a professora considera que existe um envolvimento de muitos docentes e de muitas escolas na concretização de projetos conducentes à concretização dos princípios de uma educação democrática. ●

José Carlos Morgado (Universidade do Minho)

O professor José Carlos Morgado centrou a sua intervenção, “Democratizar a escola através do currículo: em busca de uma nova utopia”, em quatro pontos. No primeiro abordou a escola que temos e que é fruto do enorme progresso científico e da intensa revolução tecnológica. O denominador comum das políticas educativas a nível internacional e transnacional é de serem determinadas pelo neoliberalismo, sendo a educação cada vez mais um negócio. Para o professor, esta é época em que a ordem fundada no uso da razão e no respeito pela verdade transmissível é substituída por um tempo pejado de mudanças e de incertezas resultantes do protagonismo da internacionalização da produção com a globalização dos mercados. Vivemos na tendência de focalizar tudo no curto prazo no “aqui e agora”, pois o passado é visto como obsoleto e o futuro como algo ameaçador devido à ausência de perspetivas. Considera que esta alucinação pelo imediato tem tido reflexos negativos no campo da educação,

nomeadamente no trabalho desenvolvido pelos docentes que, por verem definir duas das suas principais funções - a transmissão da herança cultural e a formação dos cidadãos do futuro -, se sentem desarmados e cada vez mais impotentes para contrariar esta situação e recuperar o protagonismo perdido. Vive-se numa tirania da inevitabilidade, de que nada pode ser mudado porque tem de ser assim! A segunda ideia parte da necessidade de democratizar a escola.

A escola foi associada à promoção social e vista como uma instituição imprescindível ao desenvolvimento do pensamento crítico e ao crescimento dos países. Porém, a História mostra-nos que o acesso à escola, por si só, não conseguiu romper o ciclo vicioso da pobreza, nem da desigualdade social, porque não garante a todos as mesmas condições de sucesso. Urge assim (re)democratizar a escola.

No terceiro ponto, no trilho de um currículo democrático, teceu críticas ao currículo escolar que se tem circunscrito, principalmente, no desenvolvimento de destrezas básicas, impedindo que as escolas se transformem em lugares onde os estudantes aprendam a perguntar, observar, explorar criticamente e a desenvolver a curiosidade sobre o mundo em que vivem. Recorrendo a Edgar Morin, afirmou que é necessário que o ensino esteja centrado na condição humana. A educação deve eleger a pessoa como centro de toda a ação educativa e promover a inclusão, solidariedade, compreensão, cidadania, liberdade, democracia e o respeito pela natureza para melhor compreender o mundo.

Assim, o currículo deve ser assumido como um espaço coletivo de compromissos, um estímulo à participação, uma oportunidade de reflexão e uma forma de desenvolver uma

verdadeira educação moral, onde os valores se assumam como eixos estruturantes de uma sociedade mais justa, mais solidária e mais democrática. No quarto ponto, o professor abordou as recentes mudanças curriculares em Portugal, como a eliminação da área de Formação Cívica no ensino básico e no 10º ano, o centrar do currículo nos conteúdos das disciplinas essenciais e a instituição de centenas de metas curriculares em cada disciplina.

O professor José Carlos Morgado terminou a sua intervenção referindo que cabe aos professores resistir à tirania da inevitabilidade e transformar a escola num espaço democrático e democratizante.

O Secretário Geral da FENPROF, Mário Nogueira, também participou no debate, tendo colocado algumas questões aos convidados. ●

FUNCHAL

“O papel da Autonomia Regional na definição das políticas educativas”



O Sindicato dos Professores da Madeira organizou uma Conferência sobre “O Papel da Autonomia Regional na Definição das Políticas Educativas”, que decorreu no passado dia 22 de maio, no auditório da sua sede, à Calçada da Cabouqueira, no Funchal.

O debate inseriu-se num ciclo de conferências organizado pela FENPROF (Federação Nacional de Professores), que decorreu até 6 de junho passado. Esta iniciativa teve como convidados oradores, Francisco Santos, ex-Secretário Regional da Educação, Carlos Pereira, economista e deputado na Assembleia Legislativa da Madeira e André Escórcio, docente aposentado e ex-deputado na

Assembleia Legislativa da Madeira. ●

Francisco Santos (ex-Secretário Regional da Educação)

Francisco Santos afirmou que o sistema educativo é o mais político de todos os sistemas sociais, uma vez que contribui para construir todos os outros, sendo, por isso, “inadmissível que uma região politicamente autónoma não possua meios de definir as traves mestras do seu sistema da educação”.

Nesta perspetiva, a Região Autónoma da Madeira deve, também, querer ser uma locomotiva das políticas educativas nacionais.

Carlos Pereira (economista e deputado na Assembleia Legislativa da Madeira)

Carlos Pereira alertou para as opções de governação que nos últimos 12 anos desestruturaram os diversos setores de desenvolvimento, incluindo áreas fundamentais como a educação e a saúde.

Do ano 2000 ao ano 2012, a Região acumulou uma dívida astronómica no valor de cerca de 8,3 mil milhões de euros, com o atual governo regional a adotar um discurso em que exige ao governo da República que assuma as despesas com a educação e a saúde na RAM persegando, assim, perigosamente, a autonomia destes setores. ●

André Escórcio (docente aposentado e ex-deputado na Assembleia Legislativa da Madeira)

André Escórcio manifestou-se contra o modelo da escola atual, em Portugal. Não aceita, por exemplo, currículos e programas estandardizados, estabelecimentos de ensino com mais de 500 alunos, escolas a tempo inteiro e pais a meio tempo, o modelo de avaliação dos professores, entre outros aspetos, recusando, principalmente, a desresponsabilização política e financeira pela educação, que se verifica na RAM.

Importante é assumir que “a escola é socialmente produzida”, portanto, “pode ser socialmente transformada”. ●



PONTA DELGADA

Currículo escolar – uma questão essencialmente política?”

No âmbito do Ciclo de Conferências que a FENPROF realizou em todas as regiões do país, no dia 06 de junho, no auditório do Hotel VIP Executive, em Ponta Delgada, foi discutido o tema: “Currículo escolar – uma questão essencialmente política?”. Os oradores foram a Prof. Doutora Margarida da Silva Damião Serpa e o Prof. Doutor Francisco José Rodrigues de Sousa, ambos da Universidade dos Açores, Departamento de Ciências da Educação, respetivamente, dos pólos de Ponta Delgada e Angra do Heroísmo, e Mário Nogueira, Secretário-Geral da FENPROF, tendo sido moderador o Prof. Doutor Carlos Alberto Gomes Ribeiro, do Departamento de Biologia da Universidade dos Açores, e dirigente do Sindicato dos Professores da Região Açores. A sessão iniciou-se com António Lucas, presidente do SPRA que explicou os objetivos do ciclo de conferências proposto pela FENPROF. Referiu que o SPRA optou por discutir e analisar a questão dos Currículos uma vez que nos Açores mantém-se uma matriz curricular que não fez o empobrecimento do currículo verificado no continente. ●

Margarida da Silva Damião Serpa (Universidade dos Açores, Departamento de Ciências da Educação)

A primeira oradora, Margarida Serpa, apresentou uma comunicação com o título “Currículo, políticas curriculares e avaliação”. Após apresentar a definição académica de currículo, concluiu que o mesmo é o conjunto de conhecimentos a adquirir e também a prática diária que fazemos nas nossas escolas, considerando que “a nossa ideia de currículo vai influenciar a nossa prática pedagógica”.

Defendendo que as decisões políticas face ao currículo são instituídas por uma entidade ou por todos os elementos da comunidade, a docente da Universidade dos Açores levanta determinadas questões: “Que interesses estão por detrás dessas políticas?” “Quais os fatores que as condicionam?”

Sustenta que, tudo o que se aprende e ensina nas escolas “forma um perfil de aluno”, e isso depende de uma orientação política que é determinante do perfil de aluno que se pretende. Sendo assim, pode-se afirmar que, o que sustenta essa ideia é uma questão ideológica. O que é necessário é saber o que é prioritário ensinar, isto é: que conteúdos e competências se devem priorizar. Segundo a OCDE existe um condicionamento de empregadores e de associações profissionais que defendem que se deve formar alunos para o mundo do trabalho. Os conteúdos e competências são assim determinados e

condicionados pelo mundo empresarial que desenha o perfil de alunos que se pretende.

Ainda segundo a OCDE, Portugal encontra-se bem posicionado no que diz respeito ao acesso à escola. No ensino pré-escolar e no ensino obrigatório, Portugal apresenta-se com bons indicadores. No entanto, o sucesso escolar é abaixo da média, os diplomados do ensino básico são abaixo da média dos países da OCDE.

Margarida Serpa afirmou que o grande desafio do ensino é “o professor apropriar-se da lógica do aluno”. A lógica do aluno não é a dos conteúdos, por isso o professor tem que ter a disponibilidade para uma relação mais próxima com o aluno de forma, essencialmente pelo estímulo da descoberta. Sendo assim, afastamo-nos do modelo tradicional do currículo que centra o seu foco nos conteúdos e nos objetivos.

Mas, levanta-se novamente a questão: “Quem define o currículo escolar?”. Podemos constatar que quem define o currículo é o Ministério da Educação, Associações, Sindicatos, Editoras, etc e também, segundo a professora, a Avaliação. A avaliação tem aqui com um papel determinante na definição do currículo. Sendo assim, a avaliação assume também uma perspetiva ideológica. Podemos vê-la como um controlo dos resultados a nível central. Este aspeto é verificável pelo papel que os exames nacionais assumem no sistema educativo.

Por último, a professora e investigadora da Universidade dos Açores, levanta as seguintes questões: “quem formamos?”, logo, “que políticas a adotar?”

Reconhecendo que a “avaliação serve para a construção e re/construção do currículo” afirma que se dá demasiado relevo à avaliação sumativa dos alunos e que isso influencia a organização do ensino, a obtenção de apoios sociais, o acesso a cursos, a comparação de desempenhos, a entrada no mundo laboral, etc...assumindo assim a avaliação um forte papel social e político, nomeadamente uma pressão social junto dos professores, principalmente no cumprimento dos programas, para os exames nacionais, e na determinação do que se ensina e no perfil de aluno que se pretende. ●

Francisco Rodrigues de Sousa

(Universidade dos Açores, Departamento de Ciências da Educação)

O segundo orador, Francisco Sousa, apresentou uma comunicação intitulada “Currículo Escolar – Uma questão política (e não só)”

Começando por defender que a educação é um bem comum e deve ser governado por todos e para todos, o docente e investigador afirmou que seria redutor abordar o



currículo de uma forma somente científica e técnica. Fazendo uma perspetiva histórica da evolução do papel do currículo na sociedade, Francisco Sousa, citou vários autores dos EUA, percursores do currículo, que refletiram sobre a importância que a educação possui na sociedade, nomeadamente Bobbit e Charters (1918) que realçaram que o papel da escola podia levar à “eficiência social”. Este “Darwinismo Social”, refletido pelos testes de QI propostos por Alfred Binet, aplicados aos emigrantes que chegavam aos EUA, levava a que a avaliação permitisse a seleção e a segregação social, logo a uma “perspetiva eugénista” da sociedade.

As escolas são assim vistas como vias diferenciadoras de acesso social. As escolas são consideradas como “orientação social”, acentuando mesmo as diferenças existentes.

É nos anos 70 que o currículo se assume essencialmente como orientação política, principalmente com a Teoria Crítica defendida por Habermas. É nesta altura que se discute que a determinação do que se ensina pode levar à Inclusão ou à Exclusão. Há interesses que se sobrepõem ao que se ensina, e isso leva a questionar “quem beneficia? E quem fica prejudicado?” quanto ao que se ensina nas escolas, isto é, ao currículo que é prescrito num determinado momento. Os autores da Teoria Crítica defendiam que a escola e o currículo deveriam levar à quebra de diferenças sociais.

Francisco Sousa referiu que o sistema educativo possui clientes que visam a satisfação de interesses comerciais, e deu como exemplo a questão do “empreendedorismo na escola”. Este aspeto a quem interessa? Quem beneficia mais? As organizações empresariais que observam os alunos mais dotados veem na escola o espaço de recrutamento para a sua mais-valia empresarial e consequente melhoria nos negócios. Estas organizações possuem interesses específicos nas dinâmicas da escola e por isso mesmo influenciam projetos e currículos escolares.

A Teoria Pós Crítica que se diferencia da Teoria Crítica, percebe o currículo como “experiência subjetiva”, orientado principalmente para a questão da(s) “Identidade(s)” e apelando às “diversidades curriculares”. “Como é que eu me sinto face a um currículo que não é representativo da minha cultura?”, questionou Francisco Sousa, afirmando que, presentemente, o “currículo é sempre mais representativo da cultura dominante”. No

entanto, defende que o currículo deve ser um “currículo culturalmente sensível com diferenciação”. Só essa visão e orientação podem levar a uma maior coesão social.

Adiantou que, em Portugal existe regulação curricular que é bastante forte à entrada no sistema de ensino e agora com o grande impacto dos exames nacionais assiste-se também a uma forte regulação à saída do sistema.

O docente universitário deu como exemplo o que aconteceu nos EUA na época de G.W. Bush em que houve uma total desregulação do sistema de ensino proveniente dos “efeitos perversos da avaliação externa” por parte de empresas privadas que ganharam milhões de dólares ao realizarem estes testes de avaliação.

A avaliação externa funcionava como um “fim em si mesmo”, levando a que fossem desviados da Administração imensos fundos para os privados procederem à avaliação do sistema, levando a que fossem constituídas PPP’s na educação. Exemplo que já vamos observando em Portugal, nomeadamente com a aplicação do teste de Inglês, nas escolas públicas, por parte de uma Instituição Privada chamada Cambridge.

Por fim, Francisco Sousa, defendeu que o “currículo deve ser um espaço de deliberação”. Só assim se apela à participação dos intervenientes e se fomenta a diversidade e coesão social, princípios fundamentais numa escola que se pretende de todos e para todos. ●

Mário Nogueira (Secretário Geral da FENPROF)

Por fim, Mário Nogueira interveio afirmando que as alterações curriculares serviram essencialmente para despedir professores. A política de redução da despesa na educação foi feita pela redução de docentes, uma vez que os alunos baixaram 6% e os professores 21%! Assim, constata-se que a redução de docentes não se fez por via da existência de menos alunos no sistema, mas sim por uma vontade política e orientação ideológica de minimizar a escola pública. Afirmou mesmo que, esta orientação ideológica não quer acabar com a escola



pública, uma vez que precisa dela para os alunos que não conseguem aceder ao ensino privado e para a tornar numa grande escola profissional. Foi com esta visão, de separação de alunos e não de integração de todos, que se procedeu às alterações curriculares, visando que se fomentem diferenças sociais a partir de formação escolar. Uns terão acesso ao ensino privado orientado para o ensino superior e outros estarão na escola pública a formarem-se como técnicos para o mundo do trabalho, numa perspetiva de ensino dual, modelo que Crato protocolou com o governo alemão. As metas curriculares, determinadas por este governo, servem esse propósito, servem para apurar e discriminar. Com esta política a escola pública tem que discriminar e selecionar o mais cedo possível, os alunos, diferenciando-os nas diversas vias de ensino.

Finalizando, Mário Nogueira teceu várias considerações sobre o assunto da ordem do dia, a chamada “municipalização da educação” que não é mais do que um contrato de delegação de competências em que, por exemplo, contratualiza-se que os municípios vão poder decidir 25% do currículo dos alunos. Esta medida de entregar aos municípios a “gestão” das escolas e de parte do currículo é um verdadeiro ataque à autonomia escolar, pois está a retirar competências da escola para as transferir para o município. A FENPROF promoveu, no início de junho, um referendo aos professores que manifestaram contra esta medida política de transferências de competências. Não é assim que se constrói a verdadeira autonomia, não é assim que se valoriza a escola pública e os professores souberam e saberão responder a mais este ataque à sua dignidade profissional, concluiu o Secretário-geral da FENPROF. ●



JFSUP junho 2015

Revista dos docentes do ensino superior e investigadores
AS OPINIÕES, AS PROPOSTAS E A ACÇÃO | www.fenprof.pt/superior



Descapitalização

Financiamento da CGA: as “aldrabices” do Governo...

EUGÉNIO ROSA (Economista)

O governo e os seus defensores nos *media*, afirmam e repetem, sem haver possibilidades de contraditório, que o financiamento da CGA pelo Orçamento do Estado é insustentável procurando convencer a opinião pública de que são necessários mais cortes nas pensões.

Em 2014, o governo fez uma tentativa de corte de 10% nas pensões que estavam a ser pagas, e de cerca de 10% nas pensões dos futuros aposentados.

O primeiro foi declarado inconstitucional pelo Tribunal Constitucional, mas o segundo passou e está em vigor, através da redução para 80% da remuneração revalorizada de 2005 que serve para cálculo do P1 da pensão.

Descapitalização da CGA pelo governo que depois utiliza esse facto para cortar e congelar as pensões aos aposentados

A CGA foi criada em 1929. Durante muitos anos, o número de trabalhadores aposentados era muito baixo, sendo as despesas com pensões muito reduzidas, e o número de subscritores era muito mais elevado e crescia rapidamente com o aumento de funcionários públicos. Era a fase de “juventude” do sistema. Se o Estado tivesse

nesse período transferido para a CGA as importâncias que qualquer empregador era obrigado certamente ter-se-ia acumulado na CGA um fundo de capitalização suficiente para evitar as dificuldades financeiras atuais. Mas nesse período as transferências dos serviços correspondiam apenas a 1% ou menos das remunerações que pagavam, e o Orçamento do Estado transferia o pouco que era necessário para completar.

No “site” da CGA estão os Relatórios e Contas de 1993 a 2012. Quem se dê ao trabalho de os analisar conclui rapidamente que, entre 1993 e 2002, a contribuição média das entidades empregadoras públicas correspondeu a 1,58% das remunerações pagas, representando em média 15,8% da contribuição dos trabalhadores, e que somada às transferências do Orçamento de Estado para a CGA, designadamente subsídios, corresponderam em média a 17,4% do valor das remunerações, percentagem bastante inferior à paga pelas empresas à Segurança Social 23,75%.

De acordo com cálculos que realizámos, se o Estado tivesse transferido 23,75%, como acontece com qualquer empregador, os excedentes acumulados referentes só ao período 1993/2003 rentabilizados à taxa anual de 4%, taxa fixada pelo governo na negociata de transferência dos fundos de

pensões da PT e da banca para a responsabilidade do Estado, corresponderiam no fim de 2014 a mais de 14.000 milhões €. Mas a CGA foi criada em 1929, e no início o número de aposentados era consideravelmente inferior ao número de trabalhadores no ativo, por isso o “lucro” era muito maior. Portanto, uma das causas das dificuldades atuais da CGA é precisamente a sua descapitalização. Este facto é sistematicamente “esquecido” tanto pelo governo como pelos seus defensores, assim como pelos críticos da Segurança Social, apologistas do chamado sistema de capitalização.

A transformação da CGA num sistema fechado e os “buracos negros” criados pelo fundos de pensões

Outras causas importantes das dificuldades financeiras da CGA, da inteira responsabilidade do governo são a transformação da CGA num sistema fechado e a aposentação prematura de milhares de trabalhadores em consequência da insegurança criada com as contínuas alterações no Estatuto de Aposentação e ao ambiente de pressão devido aos cortes nas remunerações, confisco de subsídios, ameaças de transferências para outras zonas geográficas, colocação de trabalhadores no chamado “sistema de requalificação” com redução permanente da remuneração base para 40%, ameaças de despedimento de dezenas milhares de trabalhadores, ataques contínuos aos seus direitos apresentando-os à opinião pública como privilegiados, etc., etc.

No período 2005/2013, o número subscritores da CGA diminuiu de 736.664 para 509.869 (-226.795), e o número de aposentados aumentou de 378.279 para 471.179. A redução do emprego na Função Pública (-70.544 trabalhadores desde Dez.2011 a Mar.2015) associada à proibição dos trabalhadores que entraram para a Função Pública depois de 2005 de se inscreverem na CGA causou uma quebra muito acentuada das contribuições para a CGA.

Atualmente existem cerca de 150.000 trabalhadores da Função Pública, entrados depois de 2005, obrigados a inscreverem-se na Segurança Social. Se estes trabalhadores se tivessem inscrito na CGA, as suas contribuições mais as dos seus serviços determinariam um acréscimo de receita que estimamos em 1.737 milhões € por ano.

Juntando a tudo isto os “buracos negros” que acarretaram para a CGA a transferência dos fundos de pensões da Portugal Telecom, da CGD, da ANA, etc., ficam ainda mais claras as razões das dificuldades financeiras que enfrenta atualmente a CGA, mas de que nunca falam o governo e seus defensores, assim como os adeptos acérrimos dos sistemas de capitalização, ou seja, dos fundos de pensões. ●



Contrato Coletivo de Trabalho da FENPROF para o Ensino Particular e Cooperativo mantem-se em vigor

GRAÇA SOUSA (membro do SN da FENPROF)

Será que a FENPROF mentiu aos docentes do EPC?

A AEEP e a FNE têm vindo a invocar, junto da comunicação social e dos docentes, a caducidade da Convenção Coletiva assinada pela FENPROF em agosto de 2011, e publicada em BTE.

É de realçar que o CCT assinado pela FENPROF aplica-se a todos os docentes do EPC associados da FENPROF, bem como aos que (por vezes, em confronto com a entidade patronal que pretendia impor o CCT da FNE) optaram por este contrato.

Recorda-se que o contrato assinado pela FNE – organização que parece querer justificar as cedências ali realizadas com ataques dirigidos à FENPROF – impôs o aumento do horário de trabalho dos docentes, a desvalorização das suas carreiras e um novo bloqueamento das progressões, para referir apenas alguns dos problemas criados.

Será que a FENPROF tem mentido aos docentes quando afirma que o CCT está em vigor?

Não! A FENPROF não mentiu!

O CCT continua em vigor por força do único enquadramento jurídico admissível que, a não existir, então sim, determinaria a cessação imediata do Contrato Coletivo de

Trabalho: a norma que garante o cumprimento dos direitos e deveres nas relações laborais neste setor de atividade.

Assim, no entendimento da FENPROF, sustentado numa apreciação jurídica profunda e diversa, a caducidade do CCT não deverá ocorrer tão proximamente, considerando-se que, pelo menos, até ao ano de 2017 este vigorará.

Para além do mais, existe em todo este processo uma entidade pública (MSESS) que terá, necessariamente, que se pronunciar sobre a tentativa da AEEP de destruir um CCT/EPC que, desde o 25 de Abril, a FENPROF e os responsáveis (outros) da AEEP, mesmo em tempos difíceis, se orgulhavam de conseguir chegar a acordo.

É, pois, neste contexto que se reafirma que o CCT está em vigor, aguardando-se a comunicação do MSESS. Se, porventura, a referida comunicação for proferida num quadro de manifesto atropelo à Lei, a FENPROF irá agir e lutar até às últimas consequências para fazer vingar a lei e, dessa forma, o Estado de Direito Democrático.

É por isso que os docentes nos locais de trabalho, junto das direções, devem reafirmar que o CCT, para o Ensino Particular e Cooperativo, publicado no B.T.E., n.º 30, de agosto

de 2011, está em vigor. E, por isso mesmo, as suas condições de trabalho não podem ser alteradas, nomeadamente os horários de trabalho (duração e organização do horário letivo e não letivo) para o próximo ano letivo.

A FENPROF continuará intransigentemente a defender os direitos e os legítimos interesses dos docentes do EPC. É nessa causa que a FENPROF se empenha, como os docentes reconhecem. ●

“

O CCT continua em vigor por força do único enquadramento jurídico admissível que, a não existir, então sim, determinaria a cessação imediata do Contrato Coletivo de Trabalho: a norma que garante o cumprimento dos direitos e deveres nas relações laborais neste setor de atividade.

Ensino Português no Estrangeiro: o tempo é de unidade e luta por um futuro digno e um exercício profissional valorizado

Resultados obtidos deverão dar-nos força para continuarmos a exigir e a lutar!

A situação que vivem os colegas que exercem a sua atividade no EPE, é muito difícil. Isto refere-se a todos, estejam em comissão de serviço, contratados pelo EPE ou sejam colegas genericamente referidos como "contratados locais". A situação a que se chegou é resultado de anos de desvalorização do EPE, com medidas que encerraram postos de trabalho, que desvalorizaram os salários e até que penalizam as famílias de emigrantes que pretendem que os seus filhos frequentem esta resposta educativa. Tal desvalorização é consequência de continuadas políticas negativas, que se acentuaram a partir de 2006, o que significa que responsabilizam diversos governos.

Dada a dispersão dos colegas e a diversidade de situações entre países e/ou áreas consulares, não tem sido fácil desenvolver uma ação devidamente articulada e com a mesma intensidade junto de todos os professores. Mas de uma coisa poderão estar certos os colegas: nas reuniões nacionais da FENPROF, as questões do EPE estão sempre presentes e procuramos, com seriedade e empenho, encontrar respostas que sejam adequadas. Como é evidente, os problemas que abordamos são os que nos chegam através dos nossos associados, pois a FENPROF e o seu Sindicato para os professores que lecionam no estrangeiro são associações, no caso, associações sindicais, logo, estão obrigados, antes de mais, a responder de forma satisfatória aos associados que são quem lhes dá corpo.

Podemos discordar uns dos outros, pois a democracia afirma-se pela diversidade também de opiniões, mas nunca podemos deixar de nos respeitarmos mutuamente, independentemente de estarmos de acordo ou não. É esse respeito que nutrimos por todos mesmo quando sentimos não ser esse um sentimento mútuo.

Relativamente ao processo reivindicativo que vivemos, as posições da FENPROF, convergindo com o SPE, foram claras:

- Assim que constatámos a existência de mais uma forte desvalorização dos salários dos professores na Suíça, logo nos dirigimos ao Ministro dos Negócios Estrangeiros procurando resolver, de imediato, a situação mais premente: repor o nível salarial anterior à desvalorização para, então, podermos



negociar salários com um ponto de partida que fosse o anterior à alteração cambial. Contactámo-lo uma, duas e três vezes sem, contudo, da parte daquele governante, ter havido qualquer resposta;

- Dirigimo-nos, então, aos Grupos Parlamentares e ao Provedor de Justiça, denunciámos junto da comunicação social, entrámos em debate em rádio portuguesa na Suíça e nunca deixámos cair a reivindicação em diversas reuniões realizadas com o SECP. Ao longo desse tempo pareceu-nos não ouvir qualquer outra organização manifestar preocupação com este gravíssimo problema, exceto, claro, já só mais recentemente;

- Perante o arrastamento do problema, decidimos então avançar com a entrega de um pré-aviso de greve para dia 23 de maio, por proposta dos nossos associados, procurando resolver a questão da reposição salarial na Suíça, com retroativos a janeiro;

- Na negociação, porém, não nos limitámos a essa questão e depois de uma longa reunião no Camões IP, com representantes do MNE/SECP, e de diversas outras diligências efetuadas a partir daí, chegou-se a um entendimento que contempla três questões: i) será reposta a perda salarial de 2015, com efeitos a janeiro, aos professores na Suíça, estendendo-se o mecanismo excepcional a

trabalhadores que se encontram em serviço em outros países fora da zona euro e que se confrontam com igual situação; ii) serão renovadas comissões de serviço de professores que se esgotariam agora; iii) ir-se-á, finalmente, avançar com negociações para rever aspetos mais negativos do RJEPE, indo, desde já, a FENPROF pressionar o Camões IP e o MNE/SECP para que se iniciem essas negociações;

- Face a este resultado, como é óbvio, não teria qualquer sentido manter a greve por não ser uma greve de mero protesto. Esta greve foi convocada para atingir objetivos precisos, que foram alcançados, e a manutenção da greve, nestas circunstâncias não teria sentido;

- Vários colegas contestaram o que foi obtido, o que é legítimo, tendo, então, sido por nós equacionado a possibilidade de poder encontrar-se um mecanismo legal que evitasse a aplicação do que se alcançou a colegas que discordassem e, eventualmente, pretendessem ficar de fora. Temos hoje a ideia, porém, que independentemente do grau de satisfação dos professores com os resultados da negociação, a generalidade dos colegas que nos contactaram não se opõem à aplicação do que se conseguiu, bem pelo contrário. Referimo-nos, naturalmente, a quem está na Suíça, uma vez que a greve convocada

pela FENPROF abrangia apenas a Suíça e tinha um objetivo principal que não se aplicava a colegas colocados em países da zona euro. Como tal, respeitando todas as opiniões dos colegas que se pronunciaram a decisão da FENPROF teria sempre de ser coerente com o objetivo fixado para esta greve;

• Assim, o que teremos a partir de agora será: o início das negociações da revisão do RJEPE (aspetos referidos no comunicado divulgado e que constam da ata negocial), sendo sempre disponibilizada informação sobre as propostas e contrapropostas apresentadas pela FENPROF; a renovação de comissões de serviço que agora terminavam; o pagamento dos retroativos em julho, para não acumular, em junho, com subsídio de férias o que teria reflexos fortíssimos no IRS. Este é o resultado da ação responsável desenvolvida pela FENPROF que, como os professores sabem, e os exemplos são muitos no nosso país, não engrossa a voz para depois trair os professores, como aconteceu, por exemplo, em relação à PACC ou ao ensino particular e cooperativo, só para dar dois exemplos. A FENPROF luta e não desiste da luta e quando, com a luta, os professores obtêm resultados, eles são alento para continuar a lutar. ●

JORNADAS do Ensino Português no Estrangeiro

O Sindicato dos Professores no Estrangeiro (SPE) e a Federação Nacional dos Professores vão realizar nos dias 24 e 25 de agosto próximo, na cidade de Amarante, as Jornadas do Ensino Português no Estrangeiro. A iniciativa é aberta aos docentes que trabalham no estrangeiro e que nessa altura do ano estejam no nosso país em férias.



Foram convidados para esta iniciativa:

- O Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, José Cesário
- A Presidente do Instituto Camões, IP, Ana Paula Laborinho
- O Secretário Geral da FENPROF, Mário Nogueira
- O Presidente da CM de Amarante, José Luís Gaspar
- O Presidente da CM de Marco de Canaveses, Manuel Moreira

As Jornadas decorrerão no Hotel Navarras. ●

Compensações por caducidade

Até ao fim, MEC persiste na baixazeza!

Com o fim do ano letivo, o MEC retoma a baixazeza do que foram, ao longo de todo o mandato, os renovados expedientes para se esquivar ao pagamento das compensações pela caducidade devidas por lei aos professores e educadores submetidos à precariedade laboral.

Nota informativa da Direção-Geral de Planeamento e Gestão Financeira, datada de dia 9, p.p., vem avivar a memória para o quadro do Orçamento de Estado para 2015 (OE.2015): qualquer docente que, terminando contrato, em limite, até ao próximo dia 31 de agosto, venha a celebrar novo contrato até ao final de dezembro, perderá o direito à compensação prevista na lei; se não celebrar novo contrato até final de dezembro, receberá a compensação mas apenas em 2016, largos meses após o término do contrato que a previa, já à responsabilidade do próximo governo!

O artificialismo da norma anuncia, também, injustiças gritantes – nada que faça tremer quem ainda ocupa a 5 de outubro – e confirma uma equipa ministerial e um governo que desrespeitam os professores de forma flagrante, mesmo através de comportamentos indistintamente caloteiros. O protesto contra este enraçado desrespeito pelos professores e educadores foi mais um motivo relevante para a participação dos docentes na Manifestação Nacional convocada pela Plataforma de Sindicatos de Professores para dia 20 deste mês.

Sendo justo reconhecer que a fuga ao pagamento das compensações já vinha do governo anterior, é oportuno recordar que o MEC, com Nuno Crato como ministro, foi condenado 750 vezes pelos tribunais a pagar o que não queria, falando apenas em ações promovidas pelos Sindicatos da FENPROF. E lamenta-se a baixazeza do comportamento com que o MEC, mesmo assim, calculou “poupanças” à custa de direitos legalmente consagrados.

Mais recentemente veio o governo introduzir uma nova redação na lei geral que, assim parecia, tornaria mais claro para quem o não queria ver que o instituto da compensação por caducidade também se aplicava aos professores e aos educadores. O governo não o fez, no entanto, sem cuidar simultaneamente de reduzir montantes. Pior do que isto, ainda nem a “clarificação” havia produzido resultados, já o MEC e o restante governo engendravam o tal dispositivo no



OE.2015, art.º 55.º, para acobertar o confisco da compensação a muitos e o adiamento da sua concretização aos restantes. Uma atuação política que, não é exagero dizê-lo, é uma de uma condenável baixazeza.

Com o anterior e com o atual governo, a FENPROF e os seus sindicatos têm-se batido pelo direito à compensação por caducidade devida aos docentes contratados a termo. Em particular, aquando da divulgação da proposta de OE.2015 e perante o teor do seu artigo 55.º, a FENPROF exigiu a discussão e a negociação da norma que isola e discrimina os docentes, o que, só por si, é intolerável. Recorde-se que o pedido de reunião para tal efeito, dirigido ao Secretário de Estado da Administração Pública em 13 de outubro, só viria a ter concretização a 24 de novembro, véspera da votação final do OE.2015 na Assembleia da República! Indigno, desta vez dos pontos de vista institucional, negocial e democrático.

Insistindo, como o fizeram, o governo e a sua maioria parlamentar, na aprovação da norma que, na apreciação da FENPROF, enferma de inconstitucionalidades, esta Federação diligenciou, em devido tempo, no sentido do correspondente pedido de apreciação, designadamente junto da Provedoria de Justiça. Do processo ali aberto, aguardam-se ainda as conclusões. Mas independentemente delas, há um juízo sobre comportamentos como os acima identificados que reclama uma resposta de grande dignidade por parte de todos(as) os(as) profissionais docentes. Na Manifestação Nacional do passado dia 20, essa resposta foi dada. ●



Centros de Recursos para a Inclusão: Um modelo para a Inclusão ou o retomar do modelo de segregação das Escolas de Ensino Especial?

ANA SIMÕES (membro do SN da FENPROF)

No passado dia 27 de maio, a Assembleia da República promoveu uma Conferência para apresentação do estudo “Avaliação das Políticas Públicas – Inclusão de alunos com Necessidades Educativas Especiais: o caso dos Centros de Recursos para a Inclusão”, encomendado pelo Ministério da Educação e Ciência (MEC) / Direção Geral de Educação (DGE) e elaborado pelo Centro de Reabilitação Profissional de Gaia.

Refere o Secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário, no prefácio deste estudo, que a criação da rede nacional de Centros de Recursos para a Inclusão (CRI), em 2008, constituiu um ponto de viragem decisivo no sentido da inclusão devido às parcerias entre as escolas de ensino especial e as escolas de ensino regular. Refere, ainda, o Secretário de Estado que o MEC continua empenhado em prosseguir políticas inclusivas alargando o número de CRI, contando atualmente (mencionado no estudo) com 90 centros de recursos.

Em 2007, o MEC apresentou um documento para a reorientação das escolas de ensino especial para centros de recursos

para a inclusão. Diz o documento que este será um serviço de proximidade pelo facto de se situar na área de residência das crianças e jovens a apoiar. O MEC referiu, ainda, que estes centros contam com “recursos altamente especializados e não disponíveis nos quadros dos agrupamentos”.

O estudo agora apresentado faz uma avaliação muito positiva deste “modelo de educação inclusiva” apontando como uma das recomendações o alargamento da implementação de mais CRI.

O estudo refere “a dominância dos apoios de cariz mais terapêutico e reabilitativo... uma elevada taxa de rotatividade dos seus técnicos... com dificuldade de conciliação de horários/carga horária e a dispersão geográfica das escolas... a escassez de horas de trabalho disponibilizadas... a limitação na duração, frequência e continuidade dos apoios prestados... sendo a sala de apoio o contexto mais utilizado...” Refere ainda o estudo que este modelo “evidencia uma persistência do modelo biomédico, de abordagem de reabilitação”.

Por todas estas conclusões devemos colocar a seguinte questão: com as crianças

e jovens em idade escolar (obrigatória até aos 18 anos de idade para todos) queremos uma intervenção terapêutica e reabilitativa ou queremos uma intervenção pedagógica com os apoios terapêuticos necessários, nos contextos de vida destes alunos (neste caso, a escola) para todos alcançarem o seu sucesso?

Uma das recomendações do estudo refere as “equipas de desenvolvimento pedagógico” (entre técnicos especializados e docentes). Concordamos com as equipas de desenvolvimento pedagógico mas, para isso, os técnicos especializados têm que estar colocados nos quadros de agrupamento e ter horários compatíveis com os horários dos alunos e dos docentes.

Não fazia sentido os alunos estarem nas escolas e os docentes serem colocados noutra local, como não faz sentido os alunos necessitarem de apoios nas escolas e os técnicos estarem colocados noutra local (os CRI).

Os apoios necessários aos alunos têm que estar nos contextos onde eles efetivamente necessitam deles, neste caso as escolas, numa perspetiva de recurso do agrupamento para qualquer aluno que deles necessite e não só para os alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE).

Os quadros dos agrupamentos devem ter os recursos necessários para dar as respostas que todos os alunos necessitam para alcançar o designado sucesso, neste caso, educativo e social, em interação com os seus pares e não em salas de apoio ou unidades especializadas ou de ensino estruturado.

A FENPROF aprovou no seu último Congresso, em 2013, propostas para a reorganização da Educação Especial, de forma a responder adequadamente às necessidades do sistema, das escolas e dos alunos. Sobre esta matéria a FENPROF defende: “As escolas/agrupamentos deverão ser dotadas de equipas multidisciplinares, salvaguardando a continuidade pedagógica de todos os profissionais, cujo papel será o de intervir na avaliação e acompanhamento dos casos sinalizados de alunos com NEE, inserido nas competências do departamento de EE. Estas equipas integrarão, para além dos docentes de EE, psicólogos, assistentes sociais, terapeutas e assistentes operacionais, bem como outros profissionais que venham a revelar-se necessários no processo de inclusão, devendo a atividade de cada um deles ser desenvolvida em contexto de transdisciplinaridade.”

Referiu um dos oradores da conferência que não podemos recuar... às escolas de ensino especial... Concordamos, mas temos que avançar para uma efetiva Inclusão e essa só será conseguida se nas escolas forem criadas as condições para todos terem sucesso, dando resposta às suas necessidades e não apenas garantindo o acesso... ●



PROJETO CNOD/FENPROF 2015

“A importância do trabalho dos docentes com deficiência no desenvolvimento do sistema educativo português”

Em novembro de 2015, a Federação Nacional dos Professores (FENPROF), em parceria com a Confederação Nacional dos Organismos de Deficientes (CNOD), irá realizar um Encontro Nacional sobre as condições de trabalho dos docentes com deficiência, co-financiado pelo Instituto Nacional para a Reabilitação (INR).

O principal objetivo deste projeto conjunto é o de promover a inclusão e a capacitação dos docentes com deficiência, nomeadamente a melhoria e a dignificação das suas condições de trabalho, adaptadas às suas dificuldades e deficiência.

Pretendemos conhecer a realidade dos docentes com deficiência em contexto laboral, valorizando o seu contributo para o sistema educativo português.

O projeto desenvolve-se em todo o país, envolvendo os sindicatos da FENPROF do continente (SPN, SPRC, SPGL, SPZS), RA Açores (SPRA) e RA Madeira (SPM).

Após a realização do Encontro Nacional será apresentado um documento que refletirá as especificidades identificadas, decorrentes das condições de trabalho dos docentes com deficiência nas escolas portuguesas. ●

Onde está o ECD dos Açores negociado com os Sindicatos?

O processo negocial do Estatuto da Carreira Docente nos Açores foi negociado e assinada uma ata negocial, com o SPRA, durante o mês de março. Contudo, tendo decorrido mais de dois meses desde a conclusão do referido processo, não tendo sido publicitada, nem pela comunicação social, nem pelos órgãos de comunicação pública do Governo, a aprovação das alterações ao diploma em apreço, considera o Sindicato dos Professores da Região Açores que o Estatuto da Carreira Docente nos Açores dificilmente poderá vir a ser aprovado na Assembleia Legislativa Regional, de forma a poder entrar em vigor no próximo ano letivo.

Este cenário põe em causa a execução de algumas melhorias introduzidas no ECD Regional, bem como a execução de medidas de combate ao insucesso escolar definidas no programa “ProSucesso”.

Ficam, ainda, por cumprir desígnios definidos no programa eleitoral do Partido Socialista e no programa do atual Governo, em que foram assumidos compromissos de timings legislativos na área da Educação que estão longe de serem cumpridos.

No fecho desta edição já está agendada uma reunião, a pedido desta estrutura sindical com o Secretário da Educação, cujo conteúdo, nos próximos números, daremos conhecimento. ●



“Que se pare a tragédia do Mediterrâneo, AGORA!”

A CGTP-IN associou-se à “Jornada Mundial de Solidariedade para exigir o fim das mortes no Mediterrâneo. A situação escandalosa das mortes no mar Mediterrâneo não é uma inevitabilidade. “Tem causas e responsáveis pela transformação desta região num local de morte para milhares de seres Humanos que tentam encontrar na Europa as condições de vida e trabalho que lhes são negadas nos países de origem”, realça a CGTP-IN.

A Central destaca ainda que “os movimentos massivos de populações, que tentam sair da pobreza, da insegurança e da devastação da guerra, procurando emprego ou asilo, são uma resposta às desigualdades e desequilíbrios crescentes entre países e continentes, resultantes do imperialismo e militarismo explorador dos trabalhadores, dos povos e dos recursos naturais dos países de origem, onde, para garantir crescentes lucros e domínio geoestratégico, desenvolvem guerras de agressão, ocupações e ingerências.”

A Jornada Mundial de Solidariedade (“Que se pare a tragédia do Mediterrâneo, AGORA!”) incluiu uma concentração no passado dia 19 de junho, ao fim da tarde, na Rua do Carmo, em Lisboa. ●



Escola Pública

Os imperativos constitucionais

Artigo 73.º (EDUCAÇÃO, CULTURA E CIÊNCIA)

1. Todos têm direito à educação e à cultura.
2. O Estado promove a democratização da educação e as demais condições para que a educação, realizada através da escola e de outros meios formativos, contribua para a igualdade de oportunidades, a superação das desigualdades económicas, sociais e culturais, o desenvolvimento da personalidade e do espírito de tolerância, de compreensão mútua, de solidariedade e de responsabilidade, para o progresso social e para a participação democrática na vida colectiva. (...)
4. A criação e a investigação científicas, bem como a inovação tecnológica, são incentivadas e apoiadas pelo Estado, por forma a assegurar a respectiva liberdade e autonomia, o reforço da competitividade e a articulação entre as instituições científicas e as empresas.

Artigo 74.º (ENSINO)

1. Todos têm direito ao ensino com garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar.
2. Na realização da política de ensino incumbe ao Estado:
 - a) Assegurar o ensino básico universal, obrigatório e gratuito;
 - b) Criar um sistema público e desenvolver o sistema geral de educação pré-escolar;
 - c) Garantir a educação permanente e eliminar o analfabetismo;
 - d) Garantir a todos os cidadãos, segundo as suas capacidades, o acesso aos graus mais elevados do ensino, da investigação científica e da criação artística;
 - e) Estabelecer progressivamente a gratuidade de todos os graus de ensino;

- f) Inserir as escolas nas comunidades que servem e estabelecer a interligação do ensino e das actividades económicas, sociais e culturais;
- g) Promover e apoiar o acesso dos cidadãos portadores de deficiência ao ensino e apoiar o ensino especial, quando necessário;
- h) Proteger e valorizar a língua gestual portuguesa, enquanto expressão cultural e instrumento de acesso à educação e da igualdade de oportunidades;
- i) Assegurar aos filhos dos emigrantes o ensino da língua portuguesa e o acesso à cultura portuguesa;
- j) Assegurar aos filhos dos imigrantes apoio adequado para efectivação do direito ao ensino.

Artigo 75.º (ENSINO PÚBLICO, PARTICULAR E COOPERATIVO)

1. O Estado criará uma rede de estabelecimentos públicos de ensino que cubra as necessidades de toda a população.(...)

Artigo 76.º (UNIVERSIDADE E ACESSO AO ENSINO SUPERIOR)

1. O regime de acesso à Universidade e às demais instituições do ensino superior garante a igualdade de oportunidades e a democratização do sistema de ensino, devendo ter em conta as necessidades em quadros qualificados e a elevação do nível educativo, cultural e científico do país.
2. As universidades gozam, nos termos da lei, de autonomia estatutária, científica, pedagógica, administrativa e financeira, sem prejuízo de adequada avaliação da qualidade do ensino.

